

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE HISTÓRIA

TRABALHO MONOGRÁFICO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE
BACHARELADO DE HISTÓRIA DA UFRJ

“ESCOLA DE HERÓIS”
Os cursos de formação dos técnicos de indigenismo
da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) de 1970
até 1985

Aluna: LUIZA SALDANHA

Orientador: Professor Doutor ANTONIO CARLOS DE SOUZA LIMA

Segundo semestre de 1996.

Índice:

Agradecimentos.....	3
Introdução.....	6
Capítulo 1. O curso de técnico de indigenismo e seus objetivos.....	21
Capítulo 2. Porque ser um indigenista.....	35
capítulo 3. A percepção do curso.....	46
capítulo 4. A FUNAI.....	61
Capítulo 5. “Heróis Isolados”	76
Conclusão.....	112
Anexo 1. Roteiro de entrevistas.....	115
Anexo 2. Quadro dos entrevistados.....	119
Fontes consultadas.....	126
Bibliografia.....	126

AGRADECIMENTOS:

Talvez eu esteja errada em começar a monografia escrevendo os agradecimentos, faço isto, talvez, pela falta de coragem de começar a escrever a primeira página de um trabalho, que sei, vai me absorver intensamente, mas acho que mais do que isso é uma forma de dizer que antes de mais nada tudo que será escrito nas próximas páginas tem muito a ver com estas pessoas de quem estarei falando aqui.

Quero ainda dizer que o que aqui escrevo é fruto da necessidade que sinto de fazer jus a todo apoio que recebi durante o processo de elaboração do trabalho, e, muito pelo contrário, não pretende cumprir formalidades implícitas, mas sim a desejos explícitos de fazer reconhecida toda a colaboração que tive.

Queria agradecer primeiramente a uma pessoa que me ajudou muito durante a minha formação enquanto pessoa e enquanto estudante, Luiza muito obrigada.

Ao Luiz que foi fundamental para que meus horizontes fossem ampliados, obrigada por ter me ajudado a ver o mundo de uma outra forma.

Agradeço ainda a vó Idalina que me ofereceu muito carinho e infraestrutura para botar em prática muitos dos meus projetos. De quebra ainda agradeço a Helena, minha prima, que acompanhou de perto todas as minhas angústias e os meus impasses.

Gostaria ainda de falar dos meus irmãos, e por que não? Que sempre me deram muita força e acreditaram na minha capacidade.

Um grande beijo para o Marcelo, meu marido, que sempre me deu muito apoio e estabilidade para que eu pudesse com tranquilidade desenvolver este trabalho.

Queria falar de algumas pessoas que me deram muita força, mesmo que talvez sem nem saber: a Geórgia pelo apoio burocrático, a Ana Maria pelo estímulo, a Patrícia pelos toques e a “galera” do IFCS pelo companheirismo.

Não posso esquecer de alguém que veio acompanhando passo a passo este trabalho, não só por obrigação, já que é o orientador desta monografia, mas por gostar do que faz. Antonio Carlos te agradeço pela paciência, pelas dicas, pela paixão contaminante que tem pela pesquisa, por ter me aturado como bolsista durante três anos e por ter me presenteado com a possibilidade de realizar esta pesquisa.

Algumas pessoas foram tão indispensáveis que sem elas esse trabalho não teria se realizado, estou falando daqueles que muito gentilmente concederam as entrevistas que em grande parte serviram de base para a realização desta monografia. Gostaria ainda de agradecer especialmente a Ana Lang e ao Xará que me hospedaram e me deixaram a vontade em uma cidade que me pareceu tão fria.

Agora depois de já ter escrito grande parte deste trabalho ele me parece superficial diante de todo material coletado, mas gostaria de deixar claro que independente dos resultados, ele não foi fácil e exigiu que eu transformasse muita coisa na minha forma de pensar e ser. Ele abriu portas para mim antes cerradas, me possibilitando enfrentar minha falta de disciplina e concentração. Devo agradecer a possibilidade de exercitar a arte da investigação histórica a UFRJ e ao CNPq, duas instituições sem as quais este trabalho

enfrentaria muito mais dificuldades. Por fim, devo destacar que foi graças a recursos da FINEP, através do *Projeto de Pesquisa em Antropologia Social*, do qual Antonio Carlos de Souza Lima é integrante, dentro do (PPGAS/MUSEU NACIONAL), e de seu projeto integrado de pesquisas ao CNPq “A Administração Pública e os Povos Indígenas no Brasil: A Fundação Nacional do Índio (FUNAI), de 1968 a 1992”, ao qual, ao esta monografia se filia e por meio do qual a documentação utilizada foi majoritariamente levantada, que pude viajar e entrevistar os informantes deste trabalho e contar com material para pesquisa.

Valeu Galera!!!

INTRODUÇÃO

Começo a introdução desta monografia dizendo que finalmente me encontro “pronta” a expor “publicamente” as reflexões que durante cerca de um ano e seis meses fizeram parte de meu dia-a-dia. Talvez esta não seja a forma mais indicada de começar a escrever um trabalho destinado à avaliação de conclusão do curso de bacharelado em História da UFRJ. Sinto-me porém à vontade de o fazer assim, por saber que não sendo neste espaço talvez não tenha outra oportunidade de expor certas nuances deste primeiro ensaio de pesquisa. Posso então iniciar por aí. Durante todo o curso de história rondou sobre mim e alguns dos meus colegas a sombra da fatídica monografia. Assumir que este processo é doloroso talvez não seja a melhor maneira de começar um diálogo com aqueles que serão os meus avaliadores, afinal, antes de mais nada aqui cabe ressaltar o papel “burocrático” que tem esta monografia, sem a qual afinal eu não poderia nem pensar em pleitear o título de graduada em história.

Gostaria de mencionar algumas das dificuldades encontradas durante o percurso deste trabalho e que dizem respeito não só a mim como à própria forma como se tem dado o ensino na nossa faculdade. Antes de fazê-lo, porém, gostaria de esclarecer que sem ter um tom “politiqueiro” isto é muito mais um desabafo. Bom, vamos ao que interessa. Entendo que o trabalho científico se constitui antes de tudo em um grande plenário onde são colocadas as mais diversas contribuições a respeito de um determinado assunto. Sendo desta forma creio que é através do debate destas idéias que se pode aparar as arestas e corrigir supostos desvios. Como aluna do curso de história no entanto fui “treinada” a concordar, ou não, com contribuições consagradas da historiografia. O que estou querendo dizer é que a reflexão crítica se limitou a um “juízo” do que se tinha produzido pelos

HISTORIADORES.¹ Portanto a nós, alunos, e futuros historiadores, foi reservado pouco espaço para a iniciação na pesquisa. Digo isto, claro, considerando que não é apenas por meio do incentivo financeiro que se deve estimular a aproximação da produção científica. Os laboratórios cumprem um papel importante na instituição, mas limitar este mergulho àqueles que estão vinculados a uma pesquisa específica tem trazido grande perda ao conjunto dos alunos da faculdade. É através do que é oficialmente oferecido que deveria haver a propagação de uma formação voltada para a pesquisa, os cursos oferecidos nas mais diversas áreas deveriam possibilitar ao aluno iniciar experimentações no sentido de aproximá-lo do que é o ofício maior do historiador.

Hoje estando diante da necessidade de produzir, e criar algo que de certa forma seja particular, me sinto limitada e tendo exercitado pouco a reflexão teórica e a pesquisa empírica imprescindível à produção de uma monografia. Junta-se a estas questões a minha própria limitação de levar a cabo de forma mais eficaz a confecção deste trabalho. O que de certa forma estou tentando esclarecer é que os “pecados” deste trabalho se devem essencialmente a estes dois fatores: o primeiro, que diz respeito à minha formação; e o segundo, que diz respeito ao meu desenvolvimento pessoal.

Por estes motivos peço aos meus “juízes” licença para aqui expor o que foi resultado de um trabalho intenso, que teve seus momentos de altos e baixos, mas que sobretudo sobreviveu a todas as dificuldades enfrentadas durante este percurso tão doloroso e ao mesmo tempo

¹ Para complementar o sentido desta reflexão gostaria de citar Bourdieu quando fala acerca da desmistificação do investigador: “(...) entre as várias atitudes que eu desejaria poder incultar, se acha a de ser capaz de apreender a pesquisa como uma actividade racional -e não como uma espécie de busca mística, de que se fala com ênfase para se sentir confiante- mas que tem também o efeito de aumentar o temor ou a angústia: esta postura realista -o que não quer dizer cínica- está orintada para a maximização do rendimento dos investimentos e para o melhor aproveitamento possível dos recursos, a começar pelo tempo de que dispõe. Sei que esta maneira de viver o trabalho científico tem qualquer coisa de decepcionante e faz correr o risco de perturbar a imagem que de si próprios muitos investigadores desejam conservar. Mas é talvez a melhor e a única maneira de se evitar decepções muito mais graves -como a do investigador que cai do pedestal, após bastante anos de automistificação, durante os quais despendeu mais energia a tentar conformar-se com a idéia exagerada que faz da pesquisa, isto é, de si mesmo como investigador, do que a exercer muito simplismente o seu ofício.” Bourdieu 1989:18.

satisfatório. Claro, sinto-me satisfeita por perceber que de alguma forma, se esta não for uma contribuição relevante para a comunidade científica, pelo menos o foi para que a minha formação se tornasse mais completa e para que, através do exercício de pesquisa, eu tenha me aproximado do que tem sido reservado a uma pequena parcela da população, ou seja, pensar e refletir sobre um problema de forma organizada e tendo uma finalidade específica. Posso dizer até que dentro destas circunstâncias eu até tive “sorte” por durante três anos ter feito parte do projeto de pesquisa “A Administração Pública e os Povos Indígenas no Brasil: A Fundação Nacional do Índio (FUNAI), de 1968 a 1992”, sob a orientação do Professor Doutor Antonio Carlos de Souza Lima, resultado do qual, entre outros, temos a elaboração deste trabalho monográfico.

Talvez aqui tenha de certa forma esbarrado no que foi o tema desta pesquisa, digo isto porque a questão da qual me aproximei trata da formação oferecida pela FUNAI aos candidatos a técnico de indigenismo.²

O trabalho a ser desenvolvido visa estudar, numa perspectiva histórica, a administração pública indigenista brasileira, analisando a formação de um segmento burocrático administrativo específico: os chamados *técnicos indigenistas* da FUNAI. Num primeiro momento antes mesmo de ter claro qual seria exatamente o objeto de pesquisa foi iniciado um estudo relativo a matérias de jornal acerca do que tem sido veiculado a respeito da administração pública com relação às comunidades indígenas³. Este trabalho nos colocou diretamente em contato com os chamados indigenistas, que em sua maioria faziam ou já tinham feito parte do quadro de funcionários da FUNAI. A partir desta aproximação abriu-se a

²Comunico neste momento que passarei a escrever na primeira pessoa do plural por considerar que este trabalho é fruto não só da minha pesquisa como também do que vem sendo feito neste sentido.

³Através deste trabalho foi possível perceber que a FUNAI aparece na imprensa, de uma forma geral, como uma instituição desarticulada, que não consegue implementar seus planos de ação (quando os tem), que sempre está atrasada para a resolução de quase todos os problemas, que não se faz presente nos problemas que se encontram em localidades de pequeno porte, que mexe com verbas altas controlando um território bastante extenso e que, por isso mesmo, é plenamente corruptível.

possibilidade de aprofundar a questão tendo agora como foco principal a formação específica recebida pelos indigenistas da FUNAI.

Foi com este intuito que nos aproximamos da documentação existente sobre os cursos de técnico de indigenismo oferecidos pela FUNAI no período que vai de 1970 até 1985. Esta documentação, que diz respeito aos dez cursos realizados com o intuito de capacitar funcionários para exercer principalmente a função de chefe de posto, encontrava-se reproduzida em sua maioria, aos cuidados de Antonio Carlos de Souza Lima, orientador desta monografia, no Museu Nacional. Estes documentos foram fornecidos pela FUNAI/Brasília no ano de 1994. Posteriormente, em meados de 1995, tivemos oportunidade de complementar este material através de uma consulta à biblioteca da FUNAI em Brasília. De uma forma geral pudemos perceber que o material se encontrava bastante desordenado e que não houve uma preocupação em preservar de forma mais enfática a documentação acerca do curso, o que houve foi um agrupamento por curso do material que “sobrou”. Neste acervo encontramos documentos referentes às seguintes temáticas: documentos administrativos - encaminhamento de documentos, prestação de contas, convocação de fiscais para a realização das provas etc; material teórico - textos e apostilas utilizados no curso; provas do concurso para seleção de alunos para o curso; avaliação interna; provas; relatórios de estágio; programas dos cursos; edital para concurso etc. Este material, apesar das lacunas, contribuiu de forma decisiva para que pudéssemos dar suporte as idéias trabalhadas aqui nesta monografia.

Quando começamos a pesquisar sobre este tema não tínhamos noção de quanto rico e empolgante seria ter contato com este universo. As possibilidades de trabalho estavam limitadas à inexistência de uma bibliografia específica sobre o assunto no Brasil. Partimos então para a leitura de obras que versam sobre política indigenista. Aqui destacaremos

apenas aquelas que estão mais estritamente vinculadas ao desenvolvimento da monografia.

“Aos Feitichistas Ordem e Progresso”, dissertação de mestrado de Antonio Carlos de Souza Lima⁴, que realiza um estudo da constituição do espaço a que chama campo indigenista a partir de uma análise do SPILT (Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais) em 1910, para tanto, parte da crítica da visão oficial deste processo. Versão esta, que quase sempre acaba por ser reproduzida, mesmo por aqueles que se colocam como opositores aos que se dizem herdeiros de Rondon.

Nesta dissertação o autor procura, também, “relacionar os condicionantes de uma formação escolar específica com certas tomadas de posição intelectuais e políticas”⁵, para analisar o personagem Cândido M. S. Rondon. Em um trabalho posterior “O Santo e o Soldado”⁶ o autor parte para a realização de um estudo a respeito da trajetória social (não mais como uma temática específica) de Cândido Mariano da Silva Rondon em relação ao texto escrito por Esther de Viveiros intitulado “Rondon conta sua vida”, publicado em 1958⁷. O trabalho realizado por Lima procurou, antes de mais nada, aprofundar a análise da “Mitologia” construída em torno de Rondon pensando o que significa especificamente o texto de Esther de Viveiros. Defendeu durante seu trabalho que a obra se trata de uma “hagiografia: Rondon conta sua vida relata a existência do que é um santo na visão do positivismo ortodoxo, alguém que seguiu exemplarmente o dogma básico da religião da humanidade -’o amor por princípio, a ordem por base, o progresso por fim’. Alguém que venerando a mulher, serviu a humanidade ao servir sobretudo à pátria (intermediário necessário entre o indivíduo e o ‘ser supremo’) sendo um elo entre os dois estabelecido pela família ...”⁸

⁴Lima, 1985.

⁵Lima, 1990:1.

⁶Lima, 1990.

⁷Viveiros, Esther de. 1985 - **Rondon conta sua vida**. RJ, livraria São José.

⁸Lima, 1990:4.

Com a leitura de “A Marcha para o Oeste”⁹ dos irmãos Villas-Boas, que relata a experiência da expedição Roncador-Xingu¹⁰ na forma de um diário, pudemos ter contato com uma construção que coloca o trabalho com comunidades indígenas como algo que está ligado a uma opção de vida. Este trabalho, não tem uma preocupação especial com a pesquisa e procura traçar, em linhas gerais, o significado e o sentido do que se chamou “Marcha para o Oeste”. Esta leitura nos permitiu tomar contato com o universo heróico de homens que dizem agir por “humanismo” e tem no bom senso seu principal guia. Interessante notar que durante a narrativa não é mencionada nenhuma dificuldade pessoal, deslize ou dúvida. A forma narrativa colabora para que a expedição seja vista como algo que vai além do trabalho formal, passa a ser uma aventura, uma saga, que tem como tarefa fazer com que a nação exista.

A tese de mestrado de Maria Lúcia Pires Menezes “Parque indígena do Xingu: A contração de um território Estatal”¹¹ aborda a mesma temática procurando entender como se deu a apropriação do espaço do atual Parque Indígena do Xingu pelo Estado -por meio de seus aparelhos e através da administração- como forma de territorialização de poder, e como a prática indigenista colaborou para este processo. Este trabalho traz uma abordagem que percebe os índios como os maiores excluídos do processo, ao mesmo tempo que aparecem como suposto foco principal.

No seu livro “Os Índios e Civilização”¹² Darcy Ribeiro “relata (es)histórias de abnegação e sofrimento de uns poucos indivíduos excepcionais, contra as ‘oligarquias locais’. As intempéries políticas, a escassez de recursos movida por perseguições, as florestas inóspitas e os

⁹Villas Boas, Cláudio & Orlando, 1994.

¹⁰“(…) a Expedição Roncador -Xingu (ERX) é oficializada pela portaria n- 77, de 3 de junho de 1943. O ato oficial previa um roteiro, cujo ponto de partida era a cidade de Leopoldina, sobre o rio Araguaia em Goiás (...) a marcha atravessaria a Serra do Roncador, procurando o lugar mais adequado para fundar um núcleo de povoação e construir um campo de pouso. (...) A fixação dos objetivos da expedição era presidida por considerações que incluíam: a criação de vias de comunicação com o Amazonas; explorar e povoar o maciço central do país nas regiões das cabeceiras do Xingu (...)” Menezes, 1990:6.

¹¹Menezes, 1990.

próprios *índios*, muitas vezes em estado de guerra, estes foram alguns dos obstáculos que tiveram a enfrentar. Este grupo, ainda que dotado de uma ideologia equivocada segundo a visão de Darcy Ribeiro, conseguiria enormes feitos.¹³

É um pouco sobre estas (es)histórias de abnegação que vamos falar em nossa monografia, tendo em conta porém que trabalharemos com uma análise crítica desta visão heróica do processo de contato com as comunidades indígenas. O ideário que permeia a construção acerca do que seria o indigenista estará permeando o desenvolvimento desta monografia.

A nossa noção do que seja indigenismo vai estar pautada na formulação ainda provisória que considera *indigenismo* como: “(...) o conjunto de idéias (e leis, i.e., aquelas elevadas à qualidade de metas a serem atingidas em termos práticos) relativas à inserção de povos indígenas em sociedades subsumidas a Estados nacionais, com ênfase especial na formulação de *métodos* para o tratamento das populações nativas, operados, em especial, segundo uma definição do que seja *índio*. A expressão *política indigenista* designaria as medidas práticas formuladas por distintos poderes estatizados, direta ou indiretamente incidentes sobre os povos indígenas.”¹⁴

Foi tendo em conta estas questões e nos baseando na idéia de que através da identificação da formação destes técnicos de indigenismo poderíamos contribuir para o debate ainda incipiente acerca da ação articulada em defesa dos povos indígenas que nos propomos a estudar o que se delineava para nós como sendo nosso objeto. Pretendíamos demonstrar como pessoas de diferentes origens sociais e de diferentes graus de conhecimento sobre os trabalhos realizados pela FUNAI, tornaram-se, a partir da formação oferecida pelo curso, técnicos de indigenismo tendo certo grau de recorrência no discurso e nas práticas. Como a partir da formação

¹²Ribeiro, 1979.

¹³Lima, 1995.

¹⁴Lima, 1995:14-15.

recebida, o grupo de técnicos de indigenismo passa a ter motivos ideais, considerando-se a formação recebida, para assumir determinado papel sendo enquadrado em um modelo, baseado no senso comum do que deveria ser um bom indigenista. A partir do contato com a questão a transformação ocorrida é representada de maneira basicamente “uniforme” e segue um padrão que se configura no perfil geral do bom técnico de indigenismo. E finalmente que a FUNAI, na intenção de formar um agente que tenha uma ação planejada e coordenada cria o que denominamos *herói isolado*, que não se percebe como representante da política geral da instituição e passa a ter uma atuação individual considerada por ele como salvacionista.

O que objetivamos com este trabalho é acima de tudo identificar o processo de constituição de identidades sócio-funcionais. Caracterizar a categoria de técnicos em indigenismo de modo a retrair sua auto-representação enquanto tal. Perceber como se deu, através da documentação referente aos cursos de formação de indigenistas da FUNAI, o uso de conteúdos antropológicos nestes cursos, bem como a mudança desse sistema de formação ao longo do tempo. Ainda seria nosso objetivo analisar como e porque se dá a composição deste grupo procurando delinear suas características básicas.

Para trilhar este caminho nos apoiamos em duas frentes distintas de documentos. A primeira que já mencionamos, diz respeito à fonte escrita oficial da FUNAI, compulsamos os documentos encontrados à respeito do curso e realizamos uma leitura crítica, seguida da classificação e análise deste material. Juntou-se a estes documentos um outro tipo de evidência: histórias de vida construídas por meio de entrevistas realizadas com 12 técnicos de indigenismo que freqüentaram o curso da FUNAI e posteriormente foram enquadrados em alguma atividade na Fundação. Estas entrevistas nos ofereceram a possibilidade de trabalhar com uma perspectiva mais ampla. Para realização destas entrevistas elaboramos um roteiro (anexo

1) que nos permitiu posteriormente traçar comparações entre as diversas versões. Dos entrevistados dez são residentes no Distrito Federal, um é do Pará e um de Goiás. Não houve uma seleção prévia dos entrevistados, o único critério adotado foi a participação em um dos cursos de formação em técnico de indigenismo. As entrevistas foram realizadas no mês de julho de 1995 uma em Goiânia e as outras em Brasília, onde pudemos desenvolver uma parte essencial do trabalho para a realização da presente monografia.

A história oral seria, portanto, o cerne da nossa metodologia de trabalho, considerando-a como inevitavelmente social e tendo condições de responder aos anseios da pesquisa. A importância deste trabalho, entre outras coisas, é o de trazer à tona um discurso que se diferencia do oficial revelando um história subterrânea como parte integrante de uma cultura muitas vezes relegada. De uma forma geral, a história de vida (memória individual) aparece como parte reveladora e indissociável da história social. Entendemos que a história de vida estaria necessariamente apoiada em uma memória social, pois toda história de vida faz parte de uma história mais geral¹⁵. Mesmo a nível individual o trabalho da memória é indissociável da organização social mais ampla.

Para nós foi de extrema importância a realização destas entrevistas, em primeiro lugar porque ampliou nosso horizonte em termos das possibilidades de construção histórica, e segundo porque tornou possível um mergulho ainda mais profundo no objeto em questão. Esta técnica nos permitiu também estar lidando de forma latente com uma idéia que por muitas vezes fica apenas no discurso: a história é feita por homens, pela visão de mundo construída, que antes de mais nada é fruto do processo pelo qual eles passaram enquanto agentes históricos.

“O fato é que a oposição à evidência oral baseia-se muito mais em sentimentos do que em princípios. Os historiadores da geração antiga,

¹⁵Halbwachs, 1990:53

*que detêm as cátedras e as chaves do cofre, ficam instintivamente apreensivos com o advento de um novo método. Isso implica que não dominam mais todas as técnicas de sua profissão. Daí os comentários despropositados a respeito de juvenzinhos perambulando pelas ruas com um gravador na mão, e a preocupação com detalhes insignificantes para justificar seu ceticismo: geralmente, uma (note bem) reminiscência da imprecisão da sua memória ou da de alguma outra pessoa. Além disso, existe - e não somente entre os estudiosos mais velhos - um medo da experiência social da entrevista, da necessidade de sair do gabinete e de falar com gente comum. Mas o tempo abrandará a maioria destes sentimentos: o antigo será substituído; e um número cada vez maior desejará conhecer pessoalmente a experiência social e intelectual positiva da História Oral”.*¹⁶

Para nós a história oral serviu antes de mais nada como facilitador, no sentido de possibilitar a nossa inserção em um grupo e a partir deste contato possibilitar uma análise deste universo: *“A abordagem de história de vida representa também o melhor caminho para se chegar mais perto da experiência vivida do ator - sua ideologia e sua práxis -, possibilitando a compreensão dos significados implícitos de suas ações, isto é, permitindo que se esclareçam as ‘determinações inconscientes da vida social’”*¹⁷

Pode ser que os próprios técnicos de indigenismo que venham a ter oportunidade de ler esta monografia não se reconheçam nas conclusões a que chegamos, assim como na análise feita. Por isso gostaria de deixar claras as limitações deste trabalho que não pretende ser conclusivo, estando explícita a necessidade de um prosseguimento das pesquisas nesta direção. Aqui apenas pretendemos dar conta de determinados aspectos relacionados ao curso e ao grupo de técnico de indigenismo.

¹⁶Thompson, 1992:103

¹⁷Camargo, 1984:16

Ainda se faz necessário salientar que todo tipo de observação feita parte de uma análise global da documentação recolhida, portanto, não nos prendemos a casos específicos, principalmente com relação aos entrevistados. Gostaríamos também de afirmar que optamos por não tratar os entrevistados pelo nome exatamente para não individualizar a questão, procurando torná-la ampla, sem no entanto despersonalizar, por ser esta uma das grandes vantagens de se trabalhar com a história oral, onde se constrói um trabalho pautado na vivência de cada entrevistado, tornando mais latente a noção de que qualquer homem é um agente histórico e tem um certo grau de contribuição relativo a dar para a construção de uma leitura histórica da vivência humana.

O tema trabalhado nos deu possibilidade de ter uma experiência singular, a de pesquisar um assunto que não está distante historicamente de nossos dias. Confessamos que isto trouxe dificuldades não esperadas. Primeiro, porque não encontramos trabalhos científicos que abordassem a questão, nosso estudo bibliográfico, como já foi dito, ficou limitado a publicações que enfocassem de forma ampla a política indigenista. Segundo, porque não nos embrenhamos só em um debate historiográfico, mas também em um problema que está sendo vivido e em torno dele se colocam diferentes pontos de vista. Neste sentido, temos à nossa frente o desafio de trabalhar com uma questão que terá a crítica não só da academia, mas também dos próprios atores deste processo. Esta experiência deixou a nu a necessidade, que nem sempre é explícita no curso de história, de um compromisso com o que é dito. Por favor não interpretem mal, estamos apenas querendo dizer que como os mortos não ressurgem para reclamar as suas opiniões, geralmente ficamos mais à vontade para fazer valer o nosso ponto de vista.

“Sabemos que a história do tempo presente, mais do que qualquer outra, é por natureza uma história inacabada: uma história em

*constante movimento, refletindo as comoções que se desenrolam diante de nós e sendo portanto objeto de uma renovação sem fim. Aliás, a história por si mesma não pode terminar (...)*¹⁸

É claro não pretendo dar conta de uma realidade que com certeza foi e é muito mais complexa do o que pudemos perceber, por isso, acrescentamos a importância de se olhar este trabalho como apenas uma das possíveis interpretações acerca do que foi o curso de técnico de indigenismo da FUNAI.

Como instrumental de análise das fontes utilizamos principalmente a perspectiva da representação teatral, trabalhada por Goffman em ‘A representação do eu na vida cotidiana’¹⁹, onde se presume que na vida real quando o indivíduo se apresenta diante de outros procura controlar a impressão que estes recebem da sua atuação, assim como é importante que acreditem que o personagem que se apresenta possui os atributos que aparenta ter.

A intenção seria ter elementos para estudar a FUNAI, enquanto estabelecimento social, do ponto de vista da manipulação da impressão, onde um determinado grupo de atores, os técnicos de indigenismo, procura apresentar uma dada definição da situação, tendo por base o princípio de que qualquer indivíduo que possua certas características sociais tem o direito moral de esperar que os outros o valorizem e o tratem de maneira adequada.

Portanto, procuraremos estudar a formação deste grupo de modo a retratar sua auto-representação tendo em conta que quando um indivíduo se apresenta diante de outros tem muitos motivos para controlar a impressão que estes recebem da situação.

Entendemos grupo social como uma determinada articulação que mantém uma forma de interação esperada entre si e tem como objetivo

¹⁸Bédarida, 1999:229.

¹⁹Goffman, 1975.

atingir metas e resolver problemas comuns. Esta forma de organização seria fruto portanto não só de uma necessidade prática no sentido de atender a interesses próprios como também de uma opção moral.

Apenas pelo fato deste corpo de funcionários ser composto por pessoas que primeiro fizeram um concurso e depois um curso já justificaria um estudo com enfoque na forma e tipo de grupo resultante deste processo. Acrescente-se a isto uma questão bastante relevante que diz respeito ao monopólio de formação exercido pela FUNAI, já que a instituição não considera outros meios de formação que não o seu próprio. Isto fica explícito quando deparamos com uma outra situação: quando temos um concurso para professor de história do município temos que ter uma formação prévia em história conferida por uma das tantas faculdades espalhadas pelo país. O curso de indigenismo por sua vez tem como único pré-requisito a conclusão do 2- grau e não exige nenhuma formação anterior específica, nem faz uma análise curricular, ela simplesmente exige uma formação tida como “universal”. A partir daí temos duas questões: primeiro, o não reconhecimento/não existência de um outro tipo de formação. Formalmente não existe este tipo de requisito para ser técnico de indigenismo, ela durante muito tempo veio se dando a partir de uma vivência prática, de um contato com uma determinada realidade e com a possibilidade, ditada por diversas especificidades, de ter contato com a rede informal de atores envolvidos com a questão. O curso tem um caráter especial por trazer no seu bojo a possibilidade de qualificação, colocação profissional e realização pessoal. Ou seja, em apenas quatro meses estas pessoas fazem um concurso, freqüentam um curso e participam de um estágio, a partir daí têm uma qualificação especial: a de indigenistas.

Este trabalho de pesquisa se justifica também pela necessidade de conhecimento da administração pública no Brasil, em especial no tocante a um aparelho de abrangência nacional que manipula, pelo seu papel de

tutor legal, recursos vultuosos e largas porções de terra sob a posse indígena.

A pesquisa é tanto mais importante pela possibilidade de contribuir para o estudo da camada específica, que a partir da formação oferecida pela FUNAI, teve como responsabilidade colocar em prática a política indigenista da instituição, quando esta existia, enfrentando inúmeras contradições e dificuldades por estar em uma situação especial: a de mediadores em um conflito, ora velado, ora aberto, entre as comunidades indígenas e a sociedade brasileira.

Duas últimas justificativas podem ser colocadas: primeiro, porque pretende ser uma análise científica sobre uma questão que vem até hoje se desenrolando tendo por base o bom senso; e, segundo, por ser um problema atual de bastante relevância, considerando-se que não há uma política governamental estabelecida no sentido de qualificar funcionários para atuarem diretamente nas aldeias indígenas.

CAPÍTULO 1

O CURSO DE TÉCNICO DE INDIGENISMO E SEUS

OBJETIVOS

Os cursos de técnico de indigenismo começaram a ser organizados em 1970, pouco tempo depois da extinção do Serviço de Proteção ao Índio (SPI)²⁰ e em seguida a criação da nova instituição que estaria encarregada de tratar do problema indígena, Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Este curso, que a princípio é piloto, ou seja, estava sujeito a mudanças, pretendia formar funcionários para atender a uma necessidade que não era nova, mas que porém se perpetuava há muito tempo sem ser resolvida, ou seja, a relação direta entre instituições governamentais e os povos nativos. Esperava-se através do curso superar os entraves colocados por uma atuação que até então tinha se pautado em um voluntarismo, tendo por base uma ação paternalista ou autoritária com relação aos índios.

A situação em que se encontrava o trabalho direto com as comunidades indígenas era a de uma falta de planejamento que orientasse a atuação dos chefes de postos. Mais do que isso: considerava-se esse pessoal desqualificado para exercer as funções para as quais haviam sido designados, o que podemos verificar na seguinte citação:

“O nosso chefe de “PI” é elemento em geral recrutado na região, compromissado com a estrutura da sociedade envolvente e de nível cultural igual ao das “frentes pioneiras”. Numa chefia de PI, com o mínimo de instrumentos, condições materiais e apoio, esse elemento entra em estado de hibernação. Além de transformar-se num parasita para a comunidade, êle se torna vulnerável a influências estranhas ao trabalho indigenista. Qualquer elemento que chegue melhor aparelhado (como os missionários, pesquisadores, etc.) assume de imediato a liderança. Vale a

²⁰ O SPI, ainda como SPILTN, desde 1910 vinha sendo a instituição responsável pela tutela dos povos indígenas; em 1967 este serviço foi extinto e criou-se então a FUNAI (Fundação Nacional do Índio)

pena ressaltar, que o silvícola é muito sensível a todo “aparatus”, e formas que traduzam prestígio.”²¹

Analisando esta citação para nós fica claro o pano de fundo da intenção de certos grupos da FUNAI em criar o curso de técnico de indigenismo, ou seja, ocupar um espaço que até então estava vulnerável à penetração de idéias não comprometidas com a visão da instituição a cerca de como deveria ser o trabalho com as comunidades indígenas. Esta “falta de ideologia” daqueles que trabalhavam junto as comunidades indígenas não fazia mais do que refletir a falta de uma linha clara de atuação da própria instituição, que não tinha tal visão codificada. Mais do que isso fica claro também a necessidade declarada de exercer o seu papel plenamente, ocupando de forma efetiva o espaço político e físico para qual o órgão havia sido criado. Portanto, através do curso pretendia-se mais do que apenas formar novos agentes para ocupar uma determinada função: pretendia-se tornar-se a FUNAI efetivamente tutora das comunidades indígenas, justificando de forma prática a sua criação.

Diante desta situação, e pretendendo criar novas bases de atuação, a instituição toma para si a responsabilidade de selecionar, capacitar e dar orientação para os novos agentes estatais que iriam estar em contato direto com as populações indígenas, para tanto decide organizar um curso que atendesse a essa demanda.

O curso parte assim de uma crítica à atuação que vinha se tendo com relação às comunidades indígenas mais especificamente à atuação dos chefes de posto, que era o funcionário incumbido de estar em contato permanente com as comunidades indígenas, morando com estas comunidades e prestando o atendimento necessário e, mais do que isso, sendo lá um representante da instituição governamental incumbida da tutela dos povos indígenas. Assim como, da necessidade de ocupar a unidade base

²¹Ramalho, Edson. 1969, p6.

da instituição afim de salvaguardar a integridade do órgão e da política indigenista governamental.

A criação do curso neste sentido procura se justificar pela necessidade de acabar com o empirismo e o paternalismo, a ausência de uma atuação planejada, considerados entraves para o desenvolvimento. Partindo da necessidade de reestruturar sua unidade base, a chefia de posto indígena - tida como ponto de estrangulamento da estrutura administrativa da época - o curso visava capacitar recursos humanos nas técnicas de Desenvolvimento Comunitário. Nesta parte das instruções gerais do curso de 1978 temos um exemplo disto:

“ A atividade do Técnico em Indigenismo, deve ser exercida visando, principalmente, a ascensão do indígena junto à sociedade envolvente, capacitando-o a gerir seus próprios bens e interesses, respeitando-se suas lideranças e as diferentes normas culturais dos diversos grupos.

A orientação aos indígenas baseia-se na Antropologia Aplicada, que, atualmente constitui uma das mais importantes metas da FUNAI.”²²

A tentativa, portanto, girava em torno da busca de racionalizar o trabalho e torná-lo compatível com o desenvolvimento econômico pretendido. Desejava-se regulamentar uma atuação, criar um corpo de funcionários que estivesse à altura da função, capacitar pessoal para uma atuação de forma planejada, que, pretendia-se, fosse regida por uma nova ótica, um princípio que levasse em conta a especificidade de cada comunidade, atendendo a uma orientação centralizada e transformasse uma realidade confusa em algo articulado. A partir do curso pretendia-se não só

²²Documento sem título do Departamento de Planejamento Comunitário. 1978, p3.

formar novos agentes mas, mais do que isso, tornar viável um projeto mais amplo que passava por “um novo tipo de relacionamento” com as comunidades indígenas. O método anterior, tido como simplório, estaria desta forma superado.

Segundo a avaliação de um dos entrevistados o processo se deu da seguinte forma:

*“(...) nós entramos numa época que era um regime militar aonde a palavra era desenvolvimento, desenvolver, fazer grandes projetos agropecuários, aquela coisa. Eles tinham essa coisa dentro da FUNAI, que era uma coisa também geral do Brasil, o milagre, o desenvolvimento e a gente foi formado para isso, (...). Uma das matérias mais fortes do curso era o tal desenvolvimento comunitário, quer dizer como que a gente ia pegar uma comunidade que propençamente é primitiva e transforma-la em produtora de alimentos, de grãos, criadores de gado e tal (...).”
(entrevistado B)*

Ao todo foram realizados 10 cursos entre 1970 e 1985, e não houve um intervalo uniforme entre eles. Como critérios para que se frequentasse o curso tinha-se como norma básica a escolaridade mínima de 2º grau e a aprovação em um concurso público realizado especificamente para cada curso. Além destes candidatos também frequentavam o curso funcionários da FUNAI alocados na função de chefe de posto mas que não tinham a qualificação específica para o cargo, estes funcionários eram escolhidos pelo administração local e, após terem feito um exame psicotécnico, eram encaminhados para Brasília, onde assistiriam as aulas.

O concurso de seleção era realizado a nível nacional, constavam dele provas que nos cursos de 1970 a 1981 foram de português, matemática, história e geografia. As provas por serem de múltipla escolha

limitavam a possibilidade de percepção do candidato, não oferecendo meios para uma avaliação aprofundada de um possível desenvolvimento mais elaborado.

Especificamente no último curso que foi realizado em 1985, houve uma alteração na forma de avaliação, dando-se maior ênfase à redação com tema sobre a problemática indígena. Neste sentido, percebesse uma preocupação que passa, não só pela educação formal, mas também por um aprofundamento em direção a identificação da formação moral e social do candidato, além desta redação também havia uma prova de conhecimentos gerais.

Cabe ressaltar que o curso de 1985 teve determinadas especificidade que serão posteriormente desenvolvidas. Aqui nos deteremos ao que foi norma básica da maioria dos cursos. Para nós, por hora, basta ter claro que o concurso obedecia às normas formais de seleção, no sentido de avaliar a educação formal, isto é, o curriculum oficial das escolas. Além desta avaliação também eram realizados os testes psicotécnicos, que através de provas individuais, pretendiam traçar o perfil do candidato, procurando perceber se este se encaixava nos padrões estabelecidos como “normais”. Também constava da seleção a realização de uma entrevista que ao nosso ver tinha como objetivo básico um conhecimento mais aprofundado do candidato procurando perceber quais suas aspirações ao se candidatar a uma função que acarretaria tantas transformações no seu modo de vida e exigiria dele uma dedicação profissional extrema.

Ultrapassada esta etapa o candidato se deslocava para Brasília onde então receberia a formação para atuar como técnico de indigenismo da FUNAI, podendo exercer as mais diferentes funções, que na maioria das vezes se limitava à de chefe de posto. Neste momento o aluno era avaliado especificamente em cada uma das matéria oferecidas e tendo recebido grau de aprovação suficiente em todas era então encaminhado para o estágio.

A) OS CURSOS

Os cursos, até 1981, seguem, em linhas gerais, o mesmo padrão, tendo nas matérias Antropologia Aplicada, saúde *Desenvolvimento Comunitário* o seu principal eixo. Visavam transformar as comunidades indígenas em produtoras agrícolas e pecuárias, resguardando alguns de seus traços culturais e garantindo sua integridade física. A justificativa dos cursos, assim como, as matérias oferecidas sofrem pequenas alterações de um curso para outro e não justificam uma análise retida de cada um deles, além do que, isso acarretaria um desvio do fio condutor da monografia e principalmente por não ser imprescindível ao tipo de abordagem pretendida. Portanto, optamos por englobar estes nove cursos em um único bloco.

De um modo geral os cursos foram estruturados com o intuito de formar um técnico indigenista completo, no sentido de que este funcionário deveria estar preparado para atender a toda gama de necessidades surgidas no exercício da chefia de posto. Neste sentido o curso tinha uma estrutura que pretendia oferecer uma formação ampla, tornando o aluno apto a enfrentar problemas relacionados aos mais diversos campos de atuação. Eram oferecidas matérias que atendiam tanto a uma formação mais teórica, quanto matérias que enfocavam questões mais práticas. Em um curto espaço de tempo, apenas dois meses, o aluno recebia noções de etnologia, operação de rádio, saneamento básico, primeiros socorros, burocracia interna da FUNAI etc. Através do quadro que apresentamos abaixo pretendemos dar um panorama do que constituía, de um modo geral, o cursos:

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
1) Antropologia Aplicada	- 45 horas - 30 aulas
2) Desenvolvimento Comunitário	- 39 horas - 26 aulas
3) Legislação	- 06 horas - 4 aulas
4) Introdução à Adm. Geral	- 12 horas - 8 aulas
5) Telecomunicações	- 09 horas - 8 aulas
6) Educação	- 09 horas - 6 aulas
7) Palestras	- 05 horas - 3 palestras
8) Saúde	- 42 horas - 28 aulas

(Programa Referente ao curso de 1975.)

Cada uma destas disciplinas tinha um conteúdo bastante diversificado sendo o de antropologia aplicada, por exemplo, o seguinte: a antropologia aplicada e a compressão das culturas indígenas; o índio brasileiro em perspectiva histórica e geográfica; a diversidade lingüística; ecologia e exploração do meio-ambiente; sistemas de relações sociais; organização política; sistemas de crença e conhecimento; contato intertribal; o impacto da civilização e a ação indigenista. Pretendia-se com toda esta gama de informações fazer com que a pessoa preparada pelo curso fosse capaz de, mesmo estando isolada, sem qualquer tipo de apoio oferecido pela FUNAI, atender a demanda de um trabalho que era multifacetário. O aluno além de lidar com uma série de informações, supostamente novas, tomava contato com uma forma de pensar a questão indígena. Recebia não só uma preparação prática como também um aparato ideológico que tinha como finalidade dar sustentação às atividades subseqüentes e munir moralmente o

aluno para enfrentar uma série de adversidades a que estaria sujeito. Neste momento pretendia-se contagiá-lo com a idéia da necessidade de um sacrifício pessoal em prol da questão indígena. Além disso eram delimitadas as regras de participação da instituição e de um procedimento moral tido como correto.

Este curso ainda fazia parte da seleção e o candidato que não correspondesse às exigências formais era desligado do processo. Para proceder esta avaliação o aluno era submetido a provas específicas de cada disciplina. Em termos pedagógicos o princípio do curso era regido pela idéia básica de que o técnico teria que ser incentivado a exercer uma liderança democrática, por isso pretendia-se não tolhe-lo com exigências autoritárias, o objetivo maior era ensinar o aluno a aprender. Como se fosse haver oportunidade de continuar os estudos era oferecida ao aluno uma série de referências bibliográficas.

Além das aulas expositivas, conferidas por professores convidados pela instituição ou por funcionários da FUNAI, o curso ainda contava com o recurso da utilização de textos que em sua maioria eram básicos, oferecendo apenas um suporte às idéias desenvolvidas em sala. Eram também distribuídas apostilas que objetivavam uma explicitação simplificada de questões relativas às doenças, obras sanitárias etc.

O curso de 1985 sofre algumas modificações com relação aos demais. A prova de seleção, como já foi dito anteriormente, passava a dar mais ênfase aos conhecimentos tidos como não formais, fruto disto as provas centravam-se em conhecimentos gerais e o aluno teria que fazer uma redação com um tema preestabelecido que possibilitasse que fosse feita uma avaliação de fundo ideológico a respeito do posicionamento do candidato sobre as questões indígenas. Questões relativas ao aspecto prático foram menos enfatizadas e as questões relativas a um entendimento da situação indígena, bem como, a valorização da sensibilidade própria do aluno para

entender e respeitar as culturas indígenas, foram privilegiadas. Pretendia-se com isso fornecer ao aluno um embasamento que o capacitasse para assumir um posto de forma “autônoma” tendo condições próprias de discernimento e adaptação em situações cotidianas e extremas. Este curso trazia também em linhas gerais uma nova perspectiva para o que deveria ser a função do chefe de posto, quando em seu folheto explicativo dizia:

“Em linhas gerais caberá ao indigenista a coordenação dos trabalhos assistências desenvolvidos na área indígena e o assessoramento da comunidade no seu contato com a sociedade envolvente. Eventualmente poderá vir a exercer atividades de coordenação específicas, ligadas as áreas de educação, saúde ou outras, dependendo sobretudo de sua formação e aptidão.”²³

Neste sentido há uma mudança formal do eixo do curso que deixava de dar ênfase a uma transformação “necessária” das comunidades indígenas em produtoras. O que se pretendia era tirar o foco do chefe de posto, que passaria a atender a uma demanda ditada pelas comunidades, sendo assim um assessor que pudesse oferecer sustentação as decisões das comunidades.

É interessante também notar como os cursos aparecem como mais um expoente da briga interna entre os diversos grupos da FUNAI. Especificamente no curso de 85 ocorre uma crise interna na FUNAI que é atribuída a uma tentativa de um destes grupos em, a partir do curso de indigenismo, formar os novos indigenistas de acordo com a visão deste grupo. A partir daí se instaura uma crise que, entre outras coisas, fez com os aprovados neste curso tivessem dificuldades em serem efetivamente contratados pela instituição. Notamos aqui um outro aspecto relativo ao curso e as transformações que nele foram ocorrendo ao longo de sua

²³FUNAI e Ministério do Interior. Folheto explicativo do curso de 1985.

existência: a possibilidade de a partir desta formação inicial, onde os alunos ainda não tem uma concepção formada do que seja o trabalho indigenista, forjar adeptos de uma determinada forma de pensar a FUNAI e problemática indígena.

B) O ESTÁGIO

O estágio, que durava cerca de 2 meses, tinha como objetivo complementar a formação recebida na parte teórica do curso, o aluno era então deslocado para um posto indígena escolhido pela FUNAI. Estando lá, a princípio, o aluno encontraria um chefe de posto que iria orientá-lo neste período. Nesta ocasião ele teria a possibilidade de conhecer e praticar as mais diversas atividades do chefe de um posto indígena. Fruto disto, o estagiário tinha que redigir um relatório sobre esta experiência, obedecendo determinados pontos preestabelecidos, para sua observação.

Estes pontos davam conta de um levantamento, que talvez nem a própria FUNAI tivesse, e pretendia diagnosticar a situação geral do posto respondendo, em geral, aos seguintes aspectos:

1 Terras: localização, área e aspecto jurídico;

2- Comunicação: externa e interna;

3- Aspectos Naturais: clima, topografia, hidrografia, vegetação e fauna.

4- Sede

5- Benfeitorias

6- Pessoal: encarregado e auxiliares (professores)

7-Atividades administrativas: (saneamento básico, obras, melhorias e conservação) água, lixo, fossa e habitação

8- População da área

9- Atividades: escolar, coleta e caça, lavoura, criação, artesanato, regime de trabalho e contato com a civilização.

(Planejamento de relatório do curso realizado em 1973, que durou de 1/11/73 até 31/12/73)

Enfim, o estagiário era incumbido de traçar em pormenores o quadro da região, assim como da comunidade e da atuação da FUNAI. Analisando os pontos centrais que norteavam este relatório percebemos que a FUNAI, que como já foi dito anteriormente, tinha sido criada há pouco tempo, procurava através do relatório esquadrihar a realidade dos postos. O candidato para tanto não recebia nenhum preparo metodológico específico para proceder estas observações. Consideramos provável a possibilidade de que a escolha de posto atendesse antes a uma necessidade de averiguação da realidade do local, do que, de um possível “exemplo a ser seguido”. É interessante notar que este foi um critério de avaliação de todos os cursos e que os aspectos a serem codificados eram os mesmos.

Não queremos dizer com isso, no entanto, que o aluno, ao observar os pontos estabelecidos, não pudesse extrapolar o que havia sido dado como orientação básica no curso teórico, o que talvez o possibilitasse a atender para determinados pontos básicos de um posto, mas consideramos que este não era o objetivo central do pré-estabelecimento de determinados aspectos a serem observados.

Vale enfatizar que o estágio, a princípio, era o momento de primeiro contato do aluno com os indígenas e com a nova atividade que por eles seria desenvolvida. Na própria data do estágio realizado no curso de 1973 temos clara a pretensão de se testar o desprendimento do candidato de relações sociais próprias da sua cultura, o aluno iria passar o Natal e o Ano

Novo entre os índios, não como se estivesse de férias, mas sim, tendo dimensão de qual seria o tipo de sacrifício exigido durante sua atuação como chefe de posto.

O objetivo de se fazer um estágio neste caso atende ao que normalmente se tem como princípio: dar uma complementação prática a uma formação teórica anterior. Tendo isto como base e acrescentando que especificamente neste caso tratamos de um conhecimento disperso que não conta com uma formulação, anterior e precisa, do que seria uma prática ideal, gostaríamos de acrescentar que o estágio para este curso tem uma característica ímpar, qual seja, a de colocar o aluno em contato com o chefe de posto que estaria atuando no local do estágio, segundo suas próprias convicções, para que a partir deste contato tivesse possibilidade de, confrontando os conhecimentos teóricos do curso com esta prática, desenvolver uma percepção própria do que seria um possível trabalho com as comunidades indígenas.

Este pequeno painel de como eram realizados os cursos atende à necessidade de se ter em conta a estrutura filosófica básica que serviu de alicerce para a formação de uma mentalidade típica do técnico de indigenismo, é claro que a isso juntaram-se outros fatores, mas gostaríamos de deixar claro o papel que teve este primeiro contato formal com a questão indígena para os alunos do curso. Enfim este momento aparece como uma forma de rito de iniciação, onde são delineados dois aspectos fundamentais: a inserção do candidato em um corpo de funcionários específico e a definição dos parâmetros de um perfil ideal para o técnico de indigenismo.

CAPÍTULO 2

PORQUE SER UM INDIGENISTA

É necessário começar este capítulo procurando explicar a sua importância para o restante do trabalho a ser desenvolvido. Um primeiro aspecto que gostaríamos de destacar é que é a partir da motivação inicial para se fazer o curso que o candidato vai começar a travar um contato com a instituição, ou seja, o tónus do princípio desta relação estará pautado neste primeiro modo de ver a possibilidade de trabalhar na FUNAI. Em segundo temos a conseqüente comparação entre os diversos fatores de motivação estabelecendo a partir daí um dos elementos do perfil deste grupo de homens. O terceiro aspecto que gostaríamos de destacar é que a partir deste ponto teremos como estabelecer possíveis diferenças entre a concepção inicial do que seria este trabalho em seu significado mais imediato e o discurso assumido a posteriori que já traz a carga da formação assim como os anos de prática dentro da FUNAI.

Antes de falarmos propriamente da motivação para se fazer o concurso vamos fazer um breve parênteses para procurarmos perceber as origens destas pessoas que são distintas e que num determinado momento parecem trilhar numa mesma direção. Já na localização geográfica temos uma diversidade enorme principalmente por se tratar de um concurso a nível nacional, quanto ao nível de formação a variação vai do segundo grau técnico ao mestrado passando por graduações em: jornalismo, economia, arquitetura e engenharia. Além destes aspectos já mencionados temos também a grande diferença de atividades desenvolvidas na época do curso que também eram bastante distintas: segurança, jornalista, professor, pesquisador, desempregado etc. É claro que esta disparidade a nível de formação e informação cria uma grande controvérsia: ao mesmo tempo que gera uma situação difícil de contornar no sentido de procurar diminuir a heterogeneidade da turma afim de que houvesse um caminhar conjunto, cria-se também uma situação bastante favorável no sentido de possibilitar

uma troca de experiências bastante construtiva. Estes fatores vão depender sobretudo da forma como o curso era encaminhado, mas avaliamos que, de um modo geral, e principalmente por ser esta turma acrescida de funcionários que já vinham desempenhando o papel de chefes de posto, além da exiguidade de tempo em que o curso era realizado, o curso tinha um desenrolar nem sempre satisfatório para toda a turma.

Como exemplo disto destacamos o depoimento de um dos entrevistados que ressalta esta dificuldade. Ele já vinha exercendo a atividade de chefe de posto há cerca de 5 anos e por ter apenas a formação de técnico agrícola, considerada insuficiente, foi convocado a fazer o curso. Por estar enfrentando problemas jurídicos na sua área de atuação com relação a disputas de terra e por já ter uma gama de informações que permitia refletir sobre o que estava sendo colocado, ele, junto com outros alunos-funcionários, monopolizavam as discussões procurando soluções para problemas que estavam em pauta no trabalho que vinha sendo desenvolvido:

“(...) já que 50% das vagas foram reservadas para funcionários, foi excelente porque tinha muitas pessoas que a gente já ... Foi uma oportunidade de rever amigos que a gente já conhecia, foi uma oportunidade, talvez uma oportunidade impar, porque nós tivemos oportunidade de trocar informações, porque nesse curso, já que 50% das vagas eram para funcionários da FUNAI. Então lá você tinha por exemplo de Roraima, como tinha de Amapá, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Rondônia, então aquele pessoal que já era funcionário você ... A gente sempre ficava ali, o relacionamento foi ótimo, foi excelente, principalmente a convivência que foi boa, mas principalmente essa oportunidade de trocar experiência. E eu acho que foi ainda melhor para aqueles 50% que estavam entrando na FUNAI porque, além das aulas que eram ministradas no curso

para preparação do curso, eles tiveram também oportunidade de conviver com pessoas que já estavam na área, que já tinham uma experiência.” (entrevistado J)

Aqui temos dois problemas que vão perpassar não só o curso como as atividades posteriores dos chefes de posto: a própria forma do curso com a dificuldade decorrente disto e a não continuidade de um trabalho de formação/informação realizado depois desta formação inicial.

A informação anterior ao curso do que seria indigenismo passa por graus diferentes. Metade dos entrevistados não tinha uma opinião formada sobre o assunto. O que tinha ouvido falar vinha de jornais e revistas. De uma forma geral eram indiferentes à questão indígena. Alguns deles justificam sua ligação com a questão indígena como uma coisa intuitiva como por exemplo neste primeiro caso:

“... via filmes de índios e alguma coisa dentro de mim me chamava a atenção para o índio, não sei o que era, acho que o índio é muito discriminado pela sociedade, eu também fui como menino, como pobre e falei: um dia se eu tivesse oportunidade de trabalhar com um povo para compensar aquilo que eu passei, que ninguém pode me ajudar, aí veio a oportunidade, deu certo e eu fui à luta, fui ajudar os caras...” (entrevistado H)

E neste outro:

“... quando era Hippie usava roupas de índio e meu apelido era ‘estrela vermelha’, sempre brinquei de índio tinha uma ligação astral com índio. Mas não sabia se existia índio, como era, porque não tinha notícias como hoje sobre a questão.” (entrevistado M)

Apenas um dos entrevistados tinha uma certa aversão aos povos indígenas por ter tido familiares trucidados por índios da região do Gurupi no Pará. Superou esta dificuldade de relacionamento com as comunidades indígenas quando começou a freqüentar a escola e em uma visita ao Museu Göeldi, quando passou a entender que eles eram produto de um processo histórico. Os cinco restantes já tinham tido algum contato com a questão antes de entrarem para a FUNAI. Estes, principalmente por se considerarem aventureiros e preocupados com as questões sociais, procuraram pelos mais diferentes meios tomar contato com um mundo diferente, onde se vivia no mato e se tinha outra perspectiva de uma vida em sociedade.

De uma forma geral antes do curso os entrevistados não tinham uma militância política organizada. Somente dois deles já tinham participado de agremiações estudantis no curso universitário, e apenas um deles prosseguiu na militância tendo sido ativista de dois partidos políticos de esquerda.

A forma como estas pessoas ficaram sabendo do concurso demonstra a casualidade com que se deu este primeiro contato com a instituição. A grande maioria dos entrevistados ficou sabendo, quase que por acaso, através de amigos, anúncios em jornais, cartazes etc. Apenas três dos entrevistados demonstraram já ter um interesse anterior em atuar especificamente como técnico de indigenismo da FUNAI, buscando desta forma efetivar profissionalmente a experiência anterior que já tinham com relação as comunidades indígenas.

A noção do que seria a atividade a ser desenvolvida também se restringia a um grupo menor que já tinha tido algum tipo de aproximação com a instituição ou com pessoas que atuavam nela.

As motivações para se fazer o curso de técnico de indigenismo, dentre os entrevistados, são bastante variáveis. Giraram em torno de

questões que vão de uma falta de motivação geral para com qualquer outra atividade, atração pelo salário que era considerado bom ou uma forma de institucionalizar uma experiência anterior de trabalho.

Podemos neste sentido dividir em subgrupos os entrevistados tendo em conta o foco da motivação para se fazer o concurso para técnico de indigenismo.

Num primeiro momento falaremos daquele grupo que se mostrou majoritário entre os entrevistados que teve como sua principal motivação a questão salarial. Neste grupo encontramos pessoas que estavam desmotivadas profissionalmente ou que não tinham uma colocação profissional definida. Para estas pessoas o contato inicial com a questão passou por uma necessidade prática de busca de uma remuneração decente e fixa. Isto fica claro quando analisando os depoimentos encontramos referências explícitas ao ganho que possivelmente se teria, um dos técnicos de indigenismo diz:

“... Eu ia ganhar oito vezes mais do que eu ganhava em Brasília.” (entrevistado H)

Aliada a esta remuneração, considerada como atraente, temos a baixa necessidade de gastos na atividade a ser desempenhada já que em uma aldeia indígena muito pouco se gastava, a economia conseguida possibilitava a realização de uma poupança que em outras condições não seria possível. Além disto temos um aspecto de não menor importância que diz respeito à estabilidade no emprego, já que se tratava de um cargo público conquistado através de concurso, que certamente traria também outras vantagens.

Dentre os entrevistados temos um outro grupo com características bem demarcadas. Estas pessoas já tinham de alguma forma

tido contato com a questão indígena e mais do que isso, em graus diferentes, já tinham trabalhado concretamente com comunidades indígenas. Neste grupo encontramos exemplos interessantes como é o caso do entrevistado que já vinha trabalhando com os irmãos Villas-Boas há cerca de quatro anos. Este trabalho, que era não era remunerado, vinha se desenvolvendo de forma contínua e serviu como experiência prática de trabalho:

“Eu tomei contato (com a questão indígena) através dos Villas-Boas, o Orlando e Claudio Villas-Boas, eles eram, na época em que eu era muito jovem, eram os sertanistas mais famosos que tinha dentro do Brasil. Eu tinha uma tendência muito grande, chegava em época de férias, essas coisas, todo mundo gosta de baile, e meu negócio era ir tentar pescar, ir caçar, eu gostava de mato. (...) De forma que através do Orlando, que em 1961 mais ou menos, um ano depois da criação do parque, quando aí pela primeira vez eu fui ao parque do Xingu, tomei contato com a realidade indígena. E aí eu passei muitos anos auxiliando o Orlando (...).”
(entrevistado E)

O entrevistado considerava o curso irrelevante para sua formação, pensava e continuou pensando após o curso, que ele nada acrescentaria na sua formação. Neste caso, e no de mais dois entrevistados, temos a situação que chamamos de ratificadora, porque estas pessoas procuraram através do concurso apenas profissionalizar a atividade que já vinham desenvolvendo. O concurso aparece assim como possibilitador de inserção efetiva na instituição responsável pela guarda dos povos indígenas. Aqui, voltamos a abordar uma questão que foi levantada no capítulo 1 e que diz respeito ao objetivo da FUNAI de tornar efetiva a sua atuação monopolizadora da ação tutelar. Para colocar em ação tal tarefa, consegue captar uma mão-de-obra que já vinha atuando de forma dispersa, ou seja,

sem uma orientação/controlado direto do órgão que, afinal de contas, deveria ser o responsável por este trabalho. Neste caso, podemos enquadrar também a “reciclagem” dos já funcionários da FUNAI (SPI) -utilizo a palavra reciclagem entre aspas porque na verdade estes funcionários nunca foram efetivamente preparados para ocuparem a função de Chefe de Posto, e nem tão pouco participaram de um plano específico de reciclagem, eles apenas fizeram parte do curso dirigido para uma turma de iniciantes que tinham feito um concurso para assumir o cargo de chefe de posto.

Para os entrevistados que já tinham uma prática anterior, não institucional, o curso aparece como a forma, mesmo não sendo a ideal, de continuar uma atividade de forma auto-sustentada. O concurso traz a possibilidade de continuar a desenvolver o trabalho que já vinha sendo realizado só que contando agora com uma infra-estrutura, mesmo que fosse mínima.

Um outro aspecto mencionado, foi a ligação deste trabalho com questões sociais, consideramos este um aspecto que revela alguns aspectos fundamentais deste grupo, que tem uma conotação mais existencial. Num primeiro plano aparece a forte conotação relacionada ao fator aventura. Temos aí uma marca bastante aguçada do perfil do técnico de indigenismo: a busca por uma realização profissional que estivesse aliada ao desejo de trabalhar com algo diferente, que fugisse dos padrões convencionais de emprego e que oferecesse a possibilidade de realização de um trabalho que, em uma época em que o país se encontrava submetido a um regime ditatorial, pudesse ser transformador, o que conferia também um aspecto político/social a esta atuação. Aliado a estes fatores, temos também como forte motivação a falta de perspectiva de outra colocação profissional. Temos entrevistados que mesmo tendo uma qualificação específica não se identificavam com a função que vinham desempenhando ou iriam desempenhar. Existia até mesmo uma dificuldade em se encaixar na

sociedade da qual faziam parte. Como exemplo disto destacamos o depoimento seguinte:

“Eu tinha uma consciência política, eu tinha uma vontade de fazer alguma coisa e me sentia totalmente perdido, totalmente fora do esquema ... talvez tenha sido isto, uma maneira de sair fora, de tentar alguma coisa nova, que me desse um novo horizonte...”. (entrevistado D)

Tendo apresentado os subgrupos divididos de acordo com a motivação preponderante para se procurar o concurso como forma de colocação profissional podemos agora partir para uma análise que procure generalizar o que serviu de alavanca para o primeiro passo em direção a esta profissão que exigiria tantas transformações na forma de viver destas pessoas.

É claro todos estes fatores de motivação não aparecem isolados uns dos outros. Neste sentido, podemos procurar delinear algumas generalizações. Primeiro: notamos a nítida procura de um emprego, aqui independente do subgrupo temos reafirmada a necessidade de, seja por salário, por identificação ou falta de perspectiva, através deste concurso, buscar uma colocação profissional. Mas o que nem todos consideraram de imediato é que este não era um concurso qualquer, a aprovação nele desencadeava uma série de mudanças não só na forma de vida, que agora estaria vinculada a uma outra sociedade, a uma outra forma de viver, como também na forma de pensar e conceber certas questões que antes passavam despercebidas. A “questão indígena” requeria um engajamento que a princípio nem todos tinham se dado conta de que seria necessário.

É somente com o curso que alguns dos entrevistados vão perceber o significado do trabalho que por eles iria ser realizado. Muitos deles nem ao menos sabiam o que significava ser técnico de indigenismo,

por isso tiveram no curso o seu primeiro contato com este novo universo, com esta nova forma de encarar as comunidades indígenas, e por isso atribuem ao curso grande parte da sua formação.

Independente do tipo de motivação que levou estas pessoas a se interessarem por um anúncio de jornal ou um cartaz que dizia “Jovem a FUNAI precisa de você”, temos que considerar também o que de mais estimulante trazia o concurso, ou seja, a conferência de uma certa dignidade para estas pessoas que ou estavam desestimuladas pessoalmente, ou profissionalmente. Afinal o concurso não iria oferecer apenas uma colocação profissional, “mais um cargo a ser ocupado, mais um burocrata que ficaria encastelado entre os seus papéis”. Este concurso trazia com ele um novo título o de *indigenista*, alguém que estaria legalmente apto a atuar tendo por base um conhecimento que iria ser adquirido através de um curso teórico e prático com autoridades no assunto. A partir dali ele teria uma nova colocação, um novo status. Ele estaria finalmente encaixado, mas ao mesmo tempo estaria desencaixado por continuar ou começar a lidar com uma questão que vinha na contramão de tudo que era julgado convencional. Estaria unindo a possibilidade de trabalhar com algo transformador dentro do que poderíamos chamar de “seguro”. A FUNAI apesar de não ser o considerado ideal ainda era o que poderia oferecer suporte material e ideológico para que aquelas pessoas estivessem atuando com a questão indígena. A sede de aventura, de mudança, de vontade de transformar estaria assegurada por aquela instituição, mesmo que apenas de forma teórica, já que nem sempre a realidade se dava desta forma. Mas é necessário que fique claro que o que contava era mais o fato de estar dentro, de fazer parte, de ser integrante, enfim de estar inserido em um grupo, do que propriamente o fato de tudo dar certo, ou ocorrer da forma ideal.

Este “idealismo” que já estaria presente em alguns e que por outros foi adquirido no curso ou com o passar do tempo, aparece nas

motivações mesmo que camuflado por tantos outros aspectos de forma bastante latente, seja na vontade de viver de forma aventureira, na vontade de encontrar um caminho diferente para viver em sociedade.

Neste capítulo que ainda encaramos de forma introdutória, ou seja, ele esta apenas criando base de sustentação para o que será o cerne da monografia procuramos apenas deixar claro o que foi o início da experiência destas pessoas para que elas viessem a vivenciar todo este processo que atualmente é nosso foco de pesquisa. Para nós era essencial passar por estes preliminares para que o restante do trabalho tenha um sentido mais amplo e que possa se aprofundar nas questões centrais com mais tranqüilidade. Aos que ainda vão nos acompanhar prometemos ser mais instigantes.

CAPÍTULO 3

A PERCEPÇÃO DO CURSO

Trabalharemos neste capítulo o que consideramos o âmago desta monografia. Vemos as coisas desta forma por aqui pretendermos desenvolver as questões relativas ao curso em si, trabalhando aspectos que antes ficaram sombreados pelas temáticas já desenvolvidas. Para explorar todos os meandros possíveis vamos proceder a divisão entre os entrevistados: num primeiro momento vamos analisar os entrevistados que tiveram uma visão mais crítica do curso e num segundo momento vamos tratar daqueles que de uma forma geral acharam o curso válido, conferindo a ele uma importância fundamental.

Antes de iniciar é necessário esclarecer que este capítulo será desenvolvido basicamente tendo nas entrevistas o seu principal ponto de análise. Isto se deve a algumas questões que já foram devidamente exploradas na introdução deste trabalho, mas que aqui retomamos para que no decorrer da argumentação não haja dúvida a respeito da “opção” feita. Para analisar como se deram os cursos contávamos com duas fontes, a documentação interna da FUNAI relativa aos cursos que foi mais amplamente explorada no primeiro capítulo e as entrevistas realizadas com os indigenistas. Aqui neste capítulo trabalharemos mais especificamente com as entrevistas, a partir delas pretendemos desenvolver toda a análise relativa à visão que os entrevistados tiveram do processo de realização do curso bem como da repercussão deste nas suas próprias vidas, na prática a ser desenvolvida já como empregados da FUNAI, e na formação ideológica adquirida ou complementada a partir daquele momento.

Os entrevistados, exceto dois deles, consideraram o curso bom. Estes dois candidatos não consideraram a experiência do curso relevante principalmente por serem pessoas que já tinham uma vivência anterior com relação à questão indígena. Um deles trabalhou durante quatro anos com os irmãos Villas-Boas tendo neste tempo a oportunidade de ter um amplo

contato com as comunidades indígenas e considerava essa experiência como suficiente para que sua prática nas comunidades fosse satisfatória:

“(...) Eu estava bem, eu tava onde eu queria, fazia o que eu queria. Eu ia para o Xingu, subia rio, descia, não ganhava nada, mas também não gastava nada. Nem pensava em gastar dinheiro ou qualquer coisa. Dinheiro era uma coisa que não passava pela cabeça e ... aí veio o 1º curso, começou a aparecer o 1º curso de indigenismo. Aí o Orlando falou para mim ‘Vai, vai fazer’. Aí eu falei ‘não, não vou. Que curso de indigenismo vai me dar maior prática do que a que eu tenho aqui?’ E continuei trabalhando (...). Aí ele falou ‘você tem que fazer e tal, etc.’ E por insistência dele eu fui fazer.(...) Era simplesmente a própria argumentação do Orlando para mim. Porque para mim eu não pensava, eu não era noivo, não era casado, era um homem livre. E ele chegava e me falava: “Rapaz você precisa ter um recurso regular”. Então eu me recordo que um dos poucos dinheiros que ele me dava era para comprar cigarro, eu fumava, e ele falava ‘vai comprar cigarro pra nós’ aí chegava lá comprava cigarro, a gente almoçava, eu ia embora para casa almoçar, coisas assim. Uma vez ou outra quando sobrava dinheiro ele me dava alguma coisa eu assinava um recibo.” (entrevistado E)

O outro entrevistado teve uma experiência anterior como funcionário do SPI tendo ampla convivência com a questão já que seu pai havia feito parte da expedição Roncador-Xingu. Esta experiência lhe valeu de base para esta atuação futura e lhe conferiu certa autoridade em meio aos demais técnicos de indigenismo.

Para eles o curso não acrescentou nada, as matérias não trouxeram conteúdos novos, assim como toda a parte teórica do curso. O

curso apenas cumpre o papel proforme de validar uma experiência anterior de modo a possibilitar a sua entrada na instituição.

Para os candidatos que já tinham estas informações o concurso foi a maneira encontrada para continuar realizando este tipo de trabalho só que agora tendo a remuneração e a estabilidade como base, nem sempre sólida, para prosseguir com a atuação. É interessante notar que estes entrevistados já no curso despontam como lideranças que vão se afirmar no decorrer do seu histórico dentro da FUNAI. Para eles o curso serve mais como forma de penetrar em uma estrutura fechada, que possibilitava ter contato com uma ampla camada de antigos e futuros funcionários da instituição e a partir dali fazer um trabalho que procurasse, através de uma atuação articulada em um grupo já existente ou criado, transformar determinados procedimentos tidos como problemáticos. Aqui identificamos um outro fator que caracterizava os cursos de indigenismo: ele possibilitava que se travassem contatos e novos “recrutamentos” para esta ou aquela posição. O que o curso trazia em si era um momento, que não fosse por ocasião do concurso era bastante incomum na FUNAI, de conjunção entre novos e antigos quadros da instituição, em que o que estava em pauta era a questão indígena sendo discutida nos seus mais diversos aspectos. É fruto disto que muitas vezes o “feitiço virou contra o feiticeiro” já que nem sempre a proposta “oficial” era a que acabava predominando na formação dos novos funcionários. Por ser a única atividade que congregava tantos indigenistas e futuros indigenistas ela também se tornava um momento de disputa de espaço entre os diferentes grupos, um exemplo claro disto estaria na realização do curso de 1985, que foi planejado e organizado com o intuito de deixar explícita uma crítica à forma como a questão vinha sendo encaminhada dentro da FUNAI. As pessoas formadas por este curso posteriormente tiveram dificuldades de serem contratadas, sendo necessária

uma luta em torno do direito que eles tinham de serem efetivados como funcionários da instituição.

“(...) Eu acho que esse curso que a gente fez ele, acho que já, pelo menos na minha cabeça, eu acho que a formação não é para esse tipo de prática que a FUNAI vem propondo até agora, essa prática do clientelismo, de uma forma de manipulação total dos índios. Eu acho que esse curso seria para começar a repensar, pelo menos foi o que passou, começar a repensar essas relações, tanto que eu acho que eu não consigo me enxergar executando esse tipo de trabalho, fazendo esse tipo de trabalho, se for para mim executar esse tipo de trabalho jamais eu estaria, eu não estaria na FUNAI, porque aí não tem sentido, porque é você perpetuar um sistema que não tem como funcionar, no sentido de que os índios possam realmente ter um objetivo mais claro, enquanto mudança, enquanto proposta de dinamismo até cultural na vida deles.(...) Eu acho que esse curso me deu embasamento para pensar essa questão com uma nova sensibilidade com outra sensibilidade, ampliando os horizontes e tendo idéia de uma outra possibilidade, eu acho que esse curso foi muito importante para isso, que ele não formou para fazer isso daí continuar executando aqueles mesmos tipos de trabalho”. (entrevistado I)

Para os que não tinham contato com a questão indigenista, o curso aparece como um momento de iniciação, que gera uma simpatia pela questão indígena e que confere uma nova qualificação ao indivíduo:

“(...) Ele me deu possibilidade de ver realmente conceitos de antropologia, conceitos de lingüística, conceitos da questão histórica do índio, ele me deu essa possibilidade, dever conceitos com pessoas realmente qualificadas passando essas coisas, de lingüística de toda essa questão, A Berta Ribeiro, você ter uma aula com a Berta Ribeiro sobre cultura

material, isso é uma coisa fantástica no meu ver, que realmente você tem um aprendizado muito grande com essas pessoas.” (entrevistado I)

“(...) Eu adoro o curso de indigenismo, foi o que eu mais aprendi, aprendi mais no curso de indigenismo nesses meses poucos do que o que eu fiz na universidade, do que eu fiz na minha vida eu acho que eu aprendi mais no curso de indigenismo (...)” (entrevistado M)

“(...) Me despertou essa simpatia pela questão indígena, por aquele tipo de situação, no curso mesmo eu comecei a, digamos, a ver com bons olhos, a ter uma certa afinidade com a coisa . Então eu destaco isso.” (entrevistado G)

Para os que tinham algum contato anterior com a questão indígena, o curso serve para complementar, conferir e formalizar um conhecimento que até então era desorganizado principalmente por ser fruto de uma atuação voluntarista.

“Eu gostei demais do curso, eu adorei o curso, eu lembro que eu gostei porque teve noções de antropologia e lingüística, que para mim foi uma revelação, como era importante esse negócio, eu fiquei impressionada com as aulas de lingüística, me abriu um mundo.(...) Eu acho que como curso, como conceitos básicos ele nos deu conceitos excelentes de antropologia, uma informação histórica bem boa, uma base bem boa de formação histórica para gente poder se situar e então... de antropologia, lingüística e história foi muito legal” (entrevistado E)

“O meu curso de indigenismo foi excelente, foi uma das melhores coisas que eu fiz na minha vida, porque ele me preparou para...”

antes eu não tinha noção de medicina preventiva, curativa, não tinha, eu tinha aquilo porque eu tava no mato, apliquei, aprendi a aplicar injeção porque tava lá convivendo, aquela coisa toda... as informações por exemplo da legislação, a legislação é fundamental que um servidor da FUNAI, principalmente um chefe de posto, tenha pleno conhecimento do Estatuto do Índio, e eu como técnico agrícola entrei para a FUNAI não tinha nenhuma preparação para isso. Então eu acho que esses ensinamentos, essas.... o curso em si ele é muito abrangente, noções de antropologia... Eu não entendia nada, eu tinha ido, fui, gostei, me identifiquei, comecei a trabalhar e fui aprendendo ali com os índios (...).” (entrevistado J)

As turmas dos cursos, como já dissemos, eram bastante heterogêneas, com diversidade de formação, de vivência (urbana ou rural) e principalmente de experiência com relação ao trabalho com os índios. A média de idade era em torno de 20 a 28 anos. No seguinte depoimento temos apresentada uma das várias visões sobre as turmas e que se propõe a fazer uma divisão da turma em grupos:

“ (...) eu poderia dizer que nós tínhamos os seguintes grupos: aquelas pessoas que nasceram e se criaram na cidade que só ouvia falar do índio pela televisão, pelo cinema, então era uma oportunidade que tinha de conhecer índio, ver essa outra coisa desconhecida, ele é mais romântico, ele desperta maior atenção, esse era um grupo. O outro grupo era aquele grupo que gostaria de estudar, de continuar os estudos mas o mercado de trabalho na cidade... e também a família não tinha, então ele queria (amealhar) alguns materiais, alguns bens materiais para que depois ele continuasse a estudar. Existia um outro grupo, isso é a minha visão, o meu entendimento, de que sempre, mesmo que a família tivesse determinadas posses e tudo, mas ele não tinha aquela liberdade, a família impõe restrições, principalmente quando é uma família estruturada e que tem bom

relacionamento, que os pais discutem com os filhos os problemas, procuram orientar, então achava que essa era a oportunidade dele sair alçar vôo maior. E existiam aqueles que tinham problemas políticos, esse tipo de coisa, certo problema de ordem pessoal, particular, emocional até amorosa, e “o índio” eu vou para lá me esconder (...).” (entrevistado L)

Dentre os entrevistados este foi o único que apresentou de uma forma mais esmiuçada as diferenças iniciais entre os alunos dos cursos, este depoimento destoou dos demais pois é o único que coloca de forma clara estas distinções. Nos demais depoimentos as turmas são descritas como alegres, animadas, de bom relacionamento, interessadas, ansiosas em aprender. Como nos exemplifica este depoimento:

“A turma inteira, era uma turma grande, muito legal, a gente era muito alegre, era um curso que foi muito alegre, muita animação.(...) Então a gente fica alojado lá, comia lá, tinha aula lá, dormia lá, era uma alegria o curso. E a turma era boa, tinha pessoas de um nível intelectual muito bom, me lembro a gente tinha aulas excelentes, muita discussão, e era uma turma alegre, (...) eu fiz excelentes amigos nessa turma que eu tenho até hoje.” (entrevistado F)

A respeito disto um dos entrevistados disse em “off” que a turma era bastante zoneira, que era alegre, mas queria saber pouco de aprender, que o curso foi uma grande festa, que todo mundo ficava reunido no alojamento e aquilo gerava uma grande confraternização.

As matérias foram avaliadas como sendo de grande importância para o desenrolar da prática do trabalho que posteriormente foi desenvolvido. A matéria que mais mereceu destaque nas entrevistas foi saúde, talvez por ser mais prática e por isto trouxesse exemplos mais claros

de como seria este novo trabalho. É bom salientar que é claro houveram críticas a determinadas disciplinas, ou melhor a determinados professores. Como exemplo disto destacamos o depoimento de um aluno do curso de 1985:

“... mas outros que a gente tinha, eram as estrelas, deixaram muito a desejar, prefiro não citar porque eu acho que... mas estrelas assim de antropologia, aquela coisa assim, vinha com aqueles tipos todos (...) Enchiam a gente de apostilas, de textos, que não... de um dia para o outro que não tinha condição de serem lidos, e não eram usados para o debate. Quer dizer, em termos de técnica pedagógica foi falho ao extremo, mas outros cursos foram muito bem dados,... lingüística foi bem dado, antropologia não (...).” (entrevistado A)

Note-se que num curso que pretendia dar uma formação mínima para a atuação com comunidades indígenas esse era uma das disciplinas que deveria ter um papel primordial, servindo de base para o desenvolvimento de todos os outros, afinal de que adiantava ter uma boa base de lingüística se o que iria ser dito e como iria ser dito não estava claro. Podemos dizer que cursos como primeiros socorros ou técnica de plantio, tinham um papel secundário se comparados aos cursos de noções de antropologia que afinal tinham como objetivo dar um suporte teórico à atuação do chefe de posto.

Os professores do curso foram mais elogiados do que criticados, alguns mereceram destaque e aparecem como verdadeiros formadores de opinião. Isto é claro vai variar de curso para curso já que a realização de cada um correspondia a uma nova estruturação do corpo docente, isto se deve principalmente ao fato de que algumas matérias não eram lecionadas por funcionários da FUNAI o que implicava em uma série

de arranjos e acordos com outras instituições a fim de convidar participantes.

Marca em todos os cursos foi a participação de indigenistas veteranos dando depoimentos de como era na prática o trabalho nas comunidades indigenistas. Este tipo de palestra tinha grande repercussão principalmente por serem recheadas com as mais diversas histórias fantásticas e porque não dizer heróicas. A forma de narrativa, mais despojada e objetiva do que a dos cursos formais, trazia ao aluno do curso e futuro indigenista a sensação de que um dia, que afinal não estava tão longe, ele próprio poderia estar vivenciando e fazendo parte daquele universo, que inspirava tantas experiências novas, como atesta o depoimento da seguinte entrevista:

“Teve muitos depoimentos, assim, fantásticos, posso citar o Carvalho que é um Técnico de indigenismo antigo, também é uma sugestão para você conversar com ele, que é uma pessoa assim, é realmente um mestre de todos os indigenistas, eu o admiro muito, o José Carlos Porfilio Carvalho, eu não sei se ele é um técnico de indigenismo, mas como indigenista não tem melhor no país.” (entrevistado A)

Das leituras oferecidas no curso os alunos que já tinham lido alguma coisa o fizeram na área de antropologia. Cerca de 5 entrevistados tinham lido Darcy Ribeiro, com destaque para o livro “Os Índios e a Civilização” que por eles foi considerado um livro básico. Dois dos entrevistados tinham feito leituras mais específicas em função da sua formação superior, um em lingüística e o outro em Ciências Sociais. Seis dos alunos não tinham tido contato anterior com a bibliografia oferecida no curso. As observações em torno das leituras foram de que o curso oferecia pouca coisa, era pouco acadêmico pois não discutia estilos, métodos e

autores, enfim as leituras, como já foi dito no capítulo 1 tinham por base apostilas e textos que não ofereciam possibilidade de aprofundamento de um debate que revelasse diversos pontos de vista sobre um mesmo problema. Além destas leituras, supostamente realizadas durante o curso era oferecida uma bibliografia por eles considerada como muito boa. É claro, o aproveitamento destas indicações dependia sobretudo da vontade de cada aluno em levar adiante este estudo, a possibilidade real de se colocar isto em prática era remota principalmente se considerarmos que o tipo de trabalho a ser desempenhado: passar meses no mato, muitas vezes com iluminação precária, atender às mais diversas solicitações do dia-a-dia.

Consideramos que a bibliografia preparatória inseria apenas aspectos genéricos a respeito dos índios, o que não possibilitou o estudo específico de casos. Neste sentido o aluno tinha contato com uma produção que versava sobre o índio de uma forma geral mas que não o colocava em condições de realizar uma intervenção articulada na comunidade em que futuramente iria trabalhar. O que constatamos é que em casos específicos, e dependendo do interesse e da possibilidade, o aluno, então já funcionário em exercício, iria procurar alguma informação específica sobre a comunidade em que ele estava atuando. Entendemos que desta forma a orientação do curso apresentava uma situação sem no entanto oferecer meios para que houvesse uma reflexão mais aprofundada que pudesse efetivamente servir de subsídio para o que viria a ser o objetivo central dos cursos, ou seja, uma prática que estivesse calçada em alicerces mais seguros.

O aproveitamento do curso está intimamente relacionado com a avaliação feita pelo aluno do mesmo. Percebemos que os alunos que já tinham uma experiência anterior apenas consideram o curso válido e proveitoso para quem ainda não tinha tido um contato anterior com a questão, na avaliação deles o curso servia apenas como uma introdução a

toda gama de informações e formação que apenas a prática indigenista possibilitaria.

Já para os que tiveram seu primeiro contato a partir do curso percebemos que há uma supervalorização do mesmo, o curso para eles tem uma conotação toda especial no que diz respeito à conferência de um certificado, de um atestado de que eles estariam preparados para enfrentar o trabalho indigenista. Ali se dava o rito de passagem que conferia a eles a autoridade necessária para que pudessem atuar em uma chefia de posto. É válido assinalar que mesmo que esta formação não assegurasse uma prática eficaz ela autorizava e dava suporte formal a esta atuação.

O estágio neste sentido seria a complementação que referendaria esta formação, dando ao suposto aparato teórico do curso uma forma real, estando baseado em uma atuação prática de como deveria ser o trabalho a ser desempenhado. O fato é que nem sempre as coisas se davam desta forma. Destacamos aqui o depoimento de um entrevistado que diz o seguinte:

“Na minha época o técnico de indigenismo era jogado lá no mato, eles largavam você e se vire 3 meses. não tinha um acompanhamento da FUNAI, não tinha alguém para avaliar teu estágio, se você passasse 3 meses bem, se não passasse ... Houve casos em que a FUNAI esqueceu chefe de posto aí para cima (...)” (entrevistado H)

Aqui podemos perceber que o estágio não só não cumpria a sua função como também inculcia um certo desestímulo com as perspectivas concretas para o exercício pleno da função.

Com relação ao estágio entre os entrevistados encontramos a seguinte situação: primeiro, os estagiários que encontraram como chefe de posto antigos funcionários do SPI. Isto se deu principalmente com aqueles que freqüentaram os cursos iniciais e portanto foram os primeiros deste

processo de transição. De uma forma geral, tiveram dificuldade pois o chefe de posto não tinha formação, encarava o estagiário como um intruso e tinha uma postura considerada equivocada, pois tratavam muitas vezes os índios como escravos. Eram verdadeiros senhores da região, muitos ficavam revoltados com a ida dos estagiários, pois sabiam que iriam ser aposentado. A isto acrescenta-se o fato de que os estagiários estavam acabando de sair de um curso, traziam consigo milhões de expectativas, a vontade de transformar as falhas anteriores, e de imediato tinham que enfrentar alguém que era avesso a tudo isso. Enfim de cara se instalava um conflito entre duas partes que a princípio deveriam se complementar.

Uma segunda situação encontrada foi a seguinte: um estagiário chegava em um local que não tinha chefe de posto, o estagiário começava a exercer a atividade de chefe de posto sem o período de estágio. Os entrevistados que vivenciaram essa situação consideraram-na bastante válida, pois, dependendo da pessoa que estivesse na chefia seria pior:

“(...) entrei em período de estágio, só que a prática é que eu deveria estagiar com outro técnico de indigenismo, só que o posto para o qual eu fui designado não tinha técnico de indigenismo tava respondendo pela chefia do posto um trabalhador braçal, então praticamente em ali chegando eu num fui estagiar, eu já fui trabalhar, já fui exercer as atividades do chefe de posto.” E sobre esta experiência ele disse: *”Olha foi boa porque eu não tive aquele tempo de ficar olhando, ficar acompanhando, eu fui logo fazendo e diz que a melhor maneira de você aprender é fazendo (...) porque dependendo da capacidade do colega com quem eu tivesse ido estagiar, quer dizer, lá o trabalhador braçal que tava respondendo pelo posto, ele me deu algum subsídio na parte do trabalho de campo, do trabalho braçal e no relacionamento com índio porque ele tinha uma experiência maior e já falava, mas a questão de administração da*

unidade da FUNAI, não acrescentava nada, eu tinha mesmo que procurar fazer.” (entrevistado L)

E por último, e mais raramente, encontravam um chefe de posto com quem realmente aprenderam algo, no sentido de observar e participar de uma experiência que tivesse alguma conexão com a formação oferecida na parte teórica do curso.

Na avaliação dos entrevistados o grande benefício trazido pelo curso foi a simpatia que gerou entre os alunos para com a questão indígena. Criticaram a falta de uma continuidade na formação com cursos de reciclagem. Apesar de ter sido considerado um marco para muitos dos entrevistados o curso não chega a ser considerado satisfatório por não oferecer bases sólidas para a atuação futura. Seja em saúde, antropologia ou com relação às questões jurídicas o curso teve apenas um caráter introdutório, para os que já estavam atuando na FUNAI como técnicos de Indigenismo ele serviu apenas para esclarecer algumas dúvidas, assim como, para os que já tinham algum contato com a questão ele não aprofundou suficientemente questões consideradas polêmicas e para os que não tinham um contato anterior ele apenas introduziu algumas questões não realizando uma preparação satisfatória. O fato é que em diferentes níveis e por diferentes motivos o curso não atenderia às necessidades deste trabalho que está envolto em uma situação de conflito entre dois campos, que lida com uma sociedade em crise de valores, com falta de perspectivas, e que tem no chefe de posto um dos seus principais referenciais. Este “mediador” vai para sua área de atuação muitas vezes despreparado, sem o apoio material, legal e institucional suficiente para exercer a sua função maior que seria a de oferecer suporte as comunidades indígenas. Questionamos se um dos principais motivadores para a realização do curso, que era o de minimizar uma atuação tida como inadequada por ser voluntarista e sem um

embasamento maior estava sendo atendida, será que aquele curso, que durava cerca de 3 meses, tinha condições reais de possibilitar uma formação adequada para seus alunos. Estas são questões as quais não pretendemos responder, deixamos isto a cargo de uma futura empreitada ou da reflexão de cada um dos nossos improváveis leitores.

capítulo 4

A FUNAI

Para dar sustentação ao problema proposto vamos analisar uma outra face desse processo de formação que diz respeito a prática exercida e as relações mantidas pelos indigenistas com as comunidades indígenas e com a FUNAI. Damos destaque a este aspecto por considerar que além desta formação inicial a vivência enquanto técnico de indigenismo teve influência direta na formação e no tipo de construção ideológica imprescindível a uma atuação tida como comprometida.

Neste sentido começaremos analisando um momento que nem todos os entrevistados tiveram a oportunidade de vivenciar. Estamos falando da atuação prática enquanto chefe de posto. Esta atuação teve como base, na maioria dos casos, as informações obtidas através do curso e decorrentes dela temos o seguinte quadro: a realidade do posto indígena aparecia descolada do idealizado durante o curso e a teoria era bastante distinta de tudo que se encontrava como forma prática do exercício de um chefe de posto. A imagem de salvador, daquele que iria poder amenizar os percalços passados pela comunidade aparecia mais latente na urgência colocada pelas exigências dos índios do que em uma realidade possível de ser praticada. O herói neste momento se mostra mais isolado do que em qualquer outro. A comunidade espera dele soluções, ele espera em certa medida atendê-las e a FUNAI age como se o fato de enviar para a região um chefe de posto fosse o suficiente para libertá-la do peso de administrar o caos.

“(...) Eu pensava uma coisa assim, que a minha presença diminuiria, iria diminuir esse impacto, como se fosse uma luva de boxe, eu usava até essa expressão na época, eu sabia que eu era uma luva de boxe, que estava diminuindo o impacto, isso no geral, mas eu me uni a um pessoal, o humanismo que eu procurava, essa coisa toda, isso aí me importava, até reforçava, você ser mais humanista ainda, no sentido assim bem idealista mesmo, com uma conexão muito maior com o passado, das

coisas que eu tinha ouvido, tinha lido, eu sabia que tinham acontecido, do que propriamente com o futuro” (entrevistado C)

Neste depoimento aparecem duas questões básicas: primeiro a “luva de boxe” que entra como o significado da atuação, afinal estando em uma comunidade indígena, e tendo como incumbência uma tarefa um tanto quanto inexecutável, de alguma forma o chefe de posto tinha que justificar sua atuação. O segundo aspecto, e que vem a complementar o primeiro, diz respeito a este compromisso em dar continuidade ao que tantos outros “heróis do indigenismo” tinham dado início, pretender salvar os índios, seja garantindo a posse da terra, a sua cultura ou a sua integridade física, era mais do que uma urgência imediata, era um papel imposto pelo sacrifício que antes havia sido feito neste sentido. É claro estamos falando de forma indireta de figuras que pairaram como norte para estes indigenistas: Rondon e os irmãos Villas-Boas, que se sacrificaram, são aqueles que de uma forma ou de outra permeiam o imaginário do indigenismo brasileiro. Apresentados sempre de forma heróica e missionária, como aqueles que enfrentaram todas as dificuldades para por em prática aquilo que de forma genérica denominamos “indigenismo humanista”. A questão é que o que se tem apresentado como história destes personagens traz mais a fantasia do lutador, daquele que, guiado pelo bom senso soube enfrentar todas as dificuldades e por isso justifica a sua glorificação. Ora sendo esta ou não a história, esta é a estória que sabem os que têm tentado fazer acontecer no indigenismo. Sendo este ou não executável tem sido ele o paradigma de atuação daqueles que, contra tudo e contra todos, dedicam parte de sua vida a esta causa.

“O tipo de vida que eu levava, uma vida tranquila, e por outro lado, sobretudo, a oportunidade que a gente teve, sabe, tanto eu como

minha família de alguma forma participar, de alguma forma contribuir, de alguma forma tá ali presente. Eu sinto orgulho, sabe, eu sou indigenista. Eu tô aposentando daqui agora mais uns dias, e digo assim: “eu participei”, eu sou um daqueles que diz assim: “...eu acho que é muito melhor tá lá no posto, trabalhando o dia-a-dia. É uma dificuldade tremenda, eu hoje fico pensando assim: ”meu Deus, como é que estão os caras lá, se a FUNAI daqui em Brasília tá do jeito que está, imagina lá na ponta, na atividade fim, a dificuldade”. Porque a comunidade, ela tem em você ali a pessoa que ele procura primeiro, e você tem que dar uma resposta”. (entrevistado J)

O trabalho no dia-a-dia do posto revela nuances que por muitas vezes ficam mascaradas diante de um quadro maior. É exatamente diante desta exigência imediata que o chefe de posto vai ser cobrado em termos de uma resposta imediata a determinadas questões para as quais ele não necessariamente está preparado. Aliás vale a ressalva de que é na base de respostas que a FUNAI vem funcionando. O que seria então responder? Seria não estar criando as condições, estar de certa forma se deixando levar, ou melhor, não ter definido o rumo que deveria ser tomado. Diante desta inoperância maior da instituição o chefe de posto responde, mesmo que gaguejando, as mais diversas situações, é ele quem será cobrado neste dia-a-dia do posto e impelido a estar “pronto” a solucionar os mais diversos problemas. A saúde, os documentos, a alimentação, enfim, de certa forma a sobrevivência. E é exatamente este um dos pontos que vai incrementar a noção de sacrifício necessária, afinal quem estaria em jogo seria a vida, no seu sentido mais imediato, daquela população. Vale portanto o desprendimento de estar se dedicando com tal afinco a uma causa maior, lutar pela vida traz exatamente esta noção de imediatismo e salvacionismo. Torna-se uma urgência solucionar problemas tão graves. Não vamos aqui entrar no mérito destes problemas o que pretendemos é apenas ressaltar o

quanto maléfica tem sido esta prática, no sentido de que estar sempre correndo atrás de soluções e da criação de condições para que os problemas não cheguem a ser tão graves.

“(...) Apesar das decepções que você ... dos choques que você toma, que vai com uma coisa e encontra outra , principalmente, nem é choque com respeito aos índios, isso eu nunca tive, com respeito a situação deles, achar que eles iriam ser assim ... ‘Ah! Vou para a aldeia que lá é tudo maravilhoso, os índios são fortes, são sadios e vou pescar, vou caçar, e você encontra outra situação, não é isso, o que eu me decepcionei foi justamente com o próprio trabalho da FUNAI, o trabalho que eu achava que ia executar e que a FUNAI executava e quando eu cheguei lá era uma coisa totalmente diferente, por isso é que a gente acabou (...) brigando muito com a FUNAI, tivemos vários períodos de brigas(...)” (entrevistado B)

“ Eu achava que a FUNAI ia resolver em 10 anos os problemas de terra dos índios, como mandava a própria lei que criou a FUNAI.(...) Então eu achava que , pô a FUNAI é um órgão federal, todos os poderes, criado por força de decreto lei e vai resolver, porque o dia que se resolver as questões das terras, vai resolver mais da ... muito dos problemas dos índios estão nas questões das terras, resolvem é muita coisa. (...) Então eu achava que a FUNAI ia ser eficiente, pelo menos na questão da demarcação das terras (...)” (entrevistado H)

“Olha as dificuldades que eu encontrava não eram necessariamente de relacionamento com os índios, eu nunca tive essa dificuldade. Dificuldade era aquilo que; a expectativa que você tinha, em função do órgão, as frustrações que você tinha eram em função do órgão,

que não dava resposta devidas as necessidades daquela comunidade.”
(entrevistado J)

A idealização que alguns fazem da FUNAI, numa visão um tanto inocente de que a instituição efetivaria aquilo que foi disposto como seu objetivo básico, cai por terra quando deparando com a realidade e percebendo que o trabalho direto dependeria essencialmente da atuação dele, o chefe de posto passa então a fazer valer talvez aquele que foi o seu maior ensinamento: se adaptar a esta nova situação, interagindo de alguma forma com as comunidades de modo a heroicamente buscar efetivar o que seria a função maior do órgão. Deparando-se com esta situação o chefe de posto então traz para si parte do que deveria ser gerido por um plano maior da FUNAI. Diante da inoperância da instituição o que funciona na prática são as iniciativas de ação isolada do chefe de posto, a tentativa de responder a todas as necessidades da comunidade faz com que por vezes o funcionário supere suas próprias limitações, sacrifique parte de sua vida em função de uma causa maior. Esta noção de sacrifício, de missão, de algo predestinado se encontra latente nos depoimentos que analisamos e faz juz a todo este imaginário construído em torno do indigenismo brasileiro.

É exatamente a noção de que a FUNAI não atende à sua demanda que faz com que o técnico de indigenismo crie este vínculo responsável com a questão indígena, caso ele, que seria o elo mais visível entre os índios e a FUNAI, não estivesse correspondendo as expectativas o “trabalho desandaria”. É nele que chegam as cobranças mais imediatas tanto por parte das comunidades quanto por parte da FUNAI, que apesar de não estar acompanhando devidamente o trabalho, vai cobrar do chefe de posto, em um momento mais delicado, atitudes e soluções para problemas muitas vezes insolúveis a partir de uma ação isolada. Talvez seja este um dos maiores problemas enfrentados pelo chefe de posto: estar à frente de uma

empreitada sem um rumo definido, tendo por base apenas o curso e a vivência com os índios, e ter que mesmo assim dar respostas efetivas aos anseios da comunidade. A questão é que não necessariamente esta seria a função do chefe de posto, mas esta é a demanda diária de quem busca respostas imediatas para os seus problemas.

Acrescente-se a estas dificuldades antes mencionadas o fato de que mesmo sendo o técnico de indigenismo natural do Brasil, estando ele em terras brasileiras e respondendo aos desígnios do governo brasileiro, o sentimento de estrangeiro se faz constante em sua prática:

“(...) O tempo todo você é um estrangeiro também, em outro lugar, porque é na terra deles, você é um estrangeiro lá isso é uma coisa que a gente não pode esquecer nunca, você é um estrangeiro, você tá cumprindo uma função, essa função é um função por si mesma ingrata (...).” (entrevistado F)

O dia-a-dia no posto se tornava portanto um misto de satisfação por estar realizando um trabalho comprometido, por saber que ao menos o que estivesse ao seu alcance estaria sendo feito, e de desconforto com a incapacidade de resolver todos os problemas e de estar enfrentando solitariamente a vida. Um dos entrevistados diz sobre o dia-a-dia no posto:

“(Era) horrível, a noite escurecia e radinho de pilha para pegar a Nacional, radinho, sozinho ali, você não entendia muito ... ia visitando os índios, vendo os casos de saúde, vendo o que precisava e fazendo roça, orientando os índios, era mais ou menos assim. Tinha horário de rádio, saía do rádio já ia para a aldeia, escrevendo à noite, ascendia o lampião, pegava um índio para ensinar a língua, a falar a língua, para você ter facilidade de penetração no grupo. (...) Daí você tinha facilidade de penetrar no meio dos índios, eu sei de coisa de índio que eu ia levar 20 anos

pra eu saber, os índios em confiança me contaram. Um troço de índio eles falavam: ‘Vamos te contar porque você é amigo nosso.’” (entrevistado H)

A sensação de que através da convivência existia a possibilidade de penetrar nos segredos mais preciosos daquela comunidade funcionava também como uma forma de diminuir o sentimento de ser um estrangeiro. Aliado a isto também aparece a possibilidade de vida em comum com as comunidades, a sobrevivência imediata de certa forma dependia desta aliança com a comunidade.

“(...) eu tenho uma facilidade muito grande de me relacionar com os índios, eu nunca tive problema com índio em 20 e tantos anos que eu tenho ..., nunca tive, sempre tive problema com não índio e com a FUNAI, mas com os índios eu sempre me relaciono muito fácil, eu vô chegando parece que tô já há tempos com eles, quer dizer é muito fácil chegar numa área, eu chego de manhã de tarde já me sinto em casa, já tô inteirado com todo mundo (...)” (entrevistado H)

Junta-se a este sentimento de estar fora do seu habitat normal a dificuldade de relação com o órgão que seria o seu interlocutor com a “sociedade envolvente”. O técnico de indigenismo portanto vai estar em uma situação bastante desconfortável por desempenhar um papel de “diplomata”, não sendo reconhecido pelo seu próprio país. Os desígnios e funções atribuídas ao chefe de posto nem sempre correspondiam ao que era possível ser feito efetivamente, além do que muitas vezes este funcionário vai ter avaliações próprias inclusive por saber de antemão que a FUNAI não teria uma ação mais efetiva na defesa do que por ele era considerado direito dos povos indígenas. Esta dualidade, comunidade indígena/FUNAI, do trabalho do técnico de indigenismo vai se fazer bastante presente e, fruto

dela, surgem os conflitos entre o responsável imediato e a instituição gestora desta intervenção.

Especificamente para os entrevistados formados no curso de 1985 a atuação se tornou mais complicada no sentido de que a pretensa nova formação proposta criou um conflito interior, porque por mais que se procurasse mudar a concepção do que deveria ser um chefe de posto isto de fato não ocorria, a FUNAI continuava exigindo um determinado tipo de atuação, assim como os índios. Além do que o próprio chefe de posto não tinha claro qual deveria ser seu papel. A FUNAI por questões políticas e divergências internas cria barreiras à contratação dos concursados:

“(...) Nós fomos para o estágio, tudo previsto direitinho, saída, tudo normal como tinha que ser e nisso fomos para o estágio, depois a FUNAI deixou a gente no ar, nem acabou o estágio, nem contratou, foi um negócio horrível, o troço mais esquisito do mundo, ficou todo mundo ... porque enquanto isso mudou a presidência da FUNAI e aí já não, aí já criou um problema, aí no meio, e nós ficamos jogados ... então quando teve o curso em si, ele foi todo direitinho, eu imagino que as pessoas que estavam cuidando do curso devem ter sofrido horrores, mas o curso rolou todo, depois rolou o estágio também, como tava previsto, tinha passagem, a nossa bolsa, que era uma bolsa de estágio chegou, teve gente que teve problema, eu acho, mas onde eu tava a bolsa chegou lá direitinho, me pagaram. Mas acabou e não tive mais notícias se voltava, não tinha a menor informação, ficamos soltos no mundo meses, claro aí muita gente nesse ponto também desistiu, e eu fiquei meses lá no Kraô, já tava lá, continuei lá. E depois eu lembro que teve um época que a gente veio para Brasília para fazer alguma coisa, para fazer alguma pressão, reunião, carta e pressão, foi uma loucura para a FUNAI se definir, e a FUNAI demorou para caramba para se definir (...) Nesse período todo nós ficamos

jogados,, quer dizer, teve gente que ficou no mato direto, gente que tava super longe, não tinha jeito nem de sair, teve gente igual eu que ficou um tempo no mato e voltou, teve gente que acabou o estágio e ficou esperando, não tinha definição voltou à sua vida ... tinha gente que tinha deixado negócios e tinha vendido.” (entrevistado F)

A visão do que seria a FUNAI hoje traz à tona problemas que permearam toda a atuação destes chefes de posto. Sendo vista como uma instituição que não tem independência e que por estar subordinada a outros órgãos tem sua atuação limitada por ter que estar de acordo com as determinações gerais do governo, que dispendo de escassos recursos não tem possibilidade de efetivar seus projetos, quando os tem.

“(...) O cotidiano era muito difícil, no sentido, assim, a FUNAI, a administração e tudo é muito amarrado, muito cheio de coisa, você não consegue resolver os problemas, não tinha dinheiro, não tinha recurso, então você não conseguia fazer as coisas que você pensava, mas então eu acho assim, vou te falar, que a parte administrativa, burocrática e essa briga por recursos e até por uma .. que a FUNAI cumprisse o mínimo das coisas que ela tinha que cumprir, isso cansa demais, isso toma muito do seu tempo e te atrapalha de outras coisas que você podia estar fazendo mais legais com os índios, por outro lado a coisa de organizar um pouco com a comunidade como que eles enfrentam essa diferença, esse conflito na área por questão de madeira (...)” (entrevistado F)

Estes problemas vão se revelar também na análise apresentada pelos entrevistados referentes a situação atual da FUNAI:

“(...) O pior que eu acho é o clientelismo, sabe, uma falta de critério para atender as necessidades das comunidades, e o pior é que os índios estão descobrindo que Brasília é a mina, é o mapa da mina. Então eu acho o clientelismo, ele é péssimo porque no mínimo ele vai inibir as qualidades que os índios têm (...)” (entrevistado J)

“(...) Eu acho que a crise da FUNAI não é financeira (...) todo mundo fala hoje que é financeira, eu acho que o grande problema da FUNAI não é financeiro, o grande problema da FUNAI é moral, a crise da FUNAI é moral, ela tá desmoralizada principalmente perante o índio (...)” (entrevistado J)

Não faltaram os indigenistas que entraram em atrito com a FUNAI e por conta disso com os militares, já que parte do período em que alguns estiveram atuando era de ditadura militar e a FUNAI tida como um órgão que tinha uma função estratégica no sentido de propiciar a ocupação do território e colocar em prática, no que tange as comunidades indígenas um projeto desenvolvimentista. Toda uma geração de indigenistas se formou no bojo destes acontecimentos e segundo um dos entrevistados ela se caracterizaria da seguinte forma:

“Parece uma coisa até conjugal, o que ela tinha em comum é um amor muito grande pelos índios, os índios completamente indefesos, completamente ... como até hoje, tem aí cerca de 60 ou 70 grupos completamente autônomos, autônomos no sentido de autonomia, e autônomos no sentido de não saber que Pedro Álvares Cabral chegou, então a gente, nossas atenções eram voltadas muito para esses povos, o que unia era a permanência desses grupos com suas opiniões próprias, o que unia era isso, ao mesmo tempo nós queríamos aqui no Brasil que o povo

brasileiro fosse ouvido, que tivesse sua opinião sobre si mesmo, e sobre o conjunto do país e sobre o futuro das duas coisas. Agora o que facilitava muito na época era o seguinte: como era proibido você se agrupar por categoria profissional, não existia sindicato, porque foram todos dissolvidos, não existia associações profissionais, como ABI, essas assim, essas permaneceram, então o pessoal que não podia se agrupar legalmente, cartorialmente, por lei tava proibido, então muita gente, muita gente, por exemplo os advogados, nós tivemos vários nomes (...) (entrevistado C)

“(...) a gente fazia muito movimento, os jornalistas ajudavam a gente, porque você não pode ficar só pela FUNAI, a FUNAI tem pressões do Estado, o Estado tem pressões de lobes de fazendeiros, de multinacionais, não sei, eu acho que você tem que ter um jogo político muito grande para conseguir resolver a questão com o Estado (...) (entrevistado M)

A articulação em torno da questão indígena ultrapassava os muros da instituição e ganhava aliados em várias frentes. Percebemos então como um grupo formado a partir de um certo lugar profissional vai estar se articulando dentro de redes sociais mais amplas no sentido de fazer valer um projeto que fosse diretamente relacionado às comunidades indígenas ou no sentido de aprimorar e ampliar a rede de relações objetivando o aparelhamento e a ocupação de determinados pontos-chaves da instituição.

“(...) Na verdade não é contra a instituição que você tá entrando em (atrito) mas contra as pessoas que se julgam donos desse órgão, então para você executar qualquer trabalho a cada momento você tem que tá de certa forma se desentendendo com essas pessoas, porque se não você não executa nada.” (entrevistado I)

Atualmente a FUNAI tem em seus quadros 155 funcionários na categoria funcional de técnicos de indigenismo, destes, apenas 27 tem função de confiança como chefe de posto. Como chefe de frente de contato encontram-se 02 técnicos de indigenismo.²⁴ O restante dos técnicos de indigenismo ocupam outras funções que não estão diretamente relacionadas às comunidades indígenas. Este quadro revela o quanto desgastante é a função de chefe de posto, além de trazer à tona um atual problema da FUNAI: quem é o funcionário que está ocupando a chefia de posto? E mais do que isso, até que ponto este sistema tem funcionado e é válido tendo em conta a situação atual das comunidades e o próprio depoimento dos entrevistados. A conexão imediata com o problema colocado por esta monografia revela uma faceta que perpassa a nossa argumentação: ninguém agüenta ser herói para o resto da vida pura e simplesmente porque viver isso é também viver uma fantasia, algo que só existe nesta idealização construída a partir das atuações de outros “heróis” que vivenciaram apenas parte do que se diz a seu respeito. O mito construído em torno de indigenistas como Rondon e os irmãos Villas-Boas traça o contorno sinuoso de um perfil idealizado e impraticável. O indigenista como elo mais latente entre a “civilização” e as comunidades indígenas se revela como algo pouco flexível a realidade de um trabalho que transcende o imediatismo daqueles que consideram apenas a sobrevivência imediata como resultado possível. A fantasia do herói cai por terra neste jogo tortuoso, só sobrevivendo nos ‘causos’ fabulosos que perpetuam a idéia mitificada de indigenismo. Os nossos heróis também se aposentam mas não as suas estórias.

“(...) você vai viver essa experiência, o indivíduo na medida que ele constitui família, que ele casa, tem filhos, ele aliena parte da sua liberdade, ele tem que assumir esse compromisso (...) de assistir os filhos e

²⁴Dados extraídos da Relação por Categoria Funcional fornecida pelo Serviço de Administração de Pessoal da FUNAI emitido em 20/07/95.

tudo. Não era bem o que eu queria, mas eu tinha alguns problemas de saúde, os filhos tavam crescendo e precisavam mais do meu acompanhamento e depois eu me acostumei.(...) (entrevistado L)

CAPÍTULO 5

O PERFIL DO TÉCNICO DE INDIGENISMO

Falar do perfil dos técnicos de indigenismo talvez seja a parte mais complicada desta monografia, porque temos uma certa dificuldade em encarar este tipo de especulação como sendo um trabalho histórico. Então por que falar deste perfil? Por que isto seria tão importante para que o trabalho fosse desenvolvido a contento? Talvez se possa responder a isto com um argumento um tanto quanto despropositado, ou seja, pelo simples fato de que sentimos necessidade de falar de algo que foi se tornando claro durante as investigações. Mas é claro isto não responde ao interesse científico por esse tipo de abordagem, e mais do que isso, não estabelece um elo estreito entre a necessidade de se falar do perfil e a questão aqui proposta. Para responder a isto vamos nos valer principalmente da questão central por nós levantada: como se forma um grupo específico, como se dá a relação entre uma instituição governamental, detentora do monopólio de formação de técnicos de indigenismo, a rede de ações em torno da questão indígena e estas pessoas que se propuseram a trabalhar com as comunidades indígenas em nome da FUNAI?

Propusemo-nos a trabalhar com um tema bastante atual, não no sentido de estar história oral, que nos traz muitas vantagens e em contrapartida outro tipo de problema. Se por um lado temos a facilidade de falar com os “documentos”, de lhes fazer as perguntas que bem entendemos, lidamos por outro lado com a dificuldade de tecer uma única rede que dê conta de tanta diversidade, de tantas histórias diferentes e ao mesmo tempo iguais. É exatamente por estar lidando com pessoas, porque não dizer com histórias pessoais, primeiro por dizerem respeito a um único indivíduo e segundo por ser ele quem está narrando sua própria his(es)tória, que temos como premissa para o trabalho a ser desenvolvido traçar o que em comum tem as pessoas por nós entrevistadas. Por um lado, traçar este perfil atende a isto. Por outro lado, ele também nos possibilita prosseguir com o desenvolvimento da nossa argumentação, porque nos deixa cara a cara com a representação que estes

indivíduos construíram de suas práticas, de sua performance e fundamentalmente de sua formação, já que aqui não iremos lidar com um perfil individual de cada um dos entrevistados mas com o perfil de uma identidade de grupo, o perfil do técnico de indigenismo.

Tendo feito estes esclarecimentos consideramos que podemos dar início ao que de fato diz respeito a este capítulo. Num primeiro momento iremos fazer uma análise do que os organizadores do concurso/curso tinham como base para recrutar e formar os candidatos a técnico de indigenismo. Já citamos no capítulo 1 alguns dos requisitos necessários para que se fosse selecionado para o concurso, aqui no entanto retomaremos alguns pontos sobre um novo prisma. O concurso público por que passavam os candidatos fazia parte de uma filosofia institucional que ia de encontro ao que vinha ocorrendo como prática na atividade indigenista: ter nas frentes de contato e na atuação diária dos posto indígenas pessoas com baixo nível de instrução. Este candidato portanto tinha como base uma formação que além de ser atestada pelo diploma da instituição em que ele fez o de 2º ou 3º graus também tinha como aval o próprio concurso.

No concurso de 1970, o primeiro diga-se de passagem, o processo de seleção se diferenciou dos demais, aqui vamos apresentar de forma suscita alguns pontos básicos deste curso piloto:

“a) a FUNAI vem selecionando candidatos à Escola de indigenismo através de entrevistas pessoais;

b) Na impossibilidade do candidato apresentar-se em Brasília no período das inscrições, será entrevistado na sede da Delegacia Regional(...)

c) No ato da entrevista o candidato deverá preencher ficha com seu ‘curriculum-vitae’; e apresentar fôlha corrida da polícia;(...)

f) o nível de conhecimento mínimo deve ser equivalente ao ginásio;”²⁵

²⁵Disposições gerais sobre o curso piloto de 1970.

Neste concurso diferentemente dos que viriam a posteriori, ainda estava tímida a idéia de se fazer um amplo processo de seleção, inclusive buscando-se tornar mais competitiva a possibilidade de entrada na instituição.

No curso de 1974 temos um exemplo bastante esclarecedor do que seria o perfil de indigenista ideal buscado pela FUNAI:

“Requisitos Necessários:

1-Liderança Democrática

2- Firmeza

3- Auto-confiança

4- Calma (ponderação)

5- Perseverança

6- Equilíbrio Emocional

7- Equilíbrio Sexual

8-Capacidade de aceitar, conviver e valorizar padrões culturais diferentes dos seus.

9- Espírito de iniciativa

10- Larga visão dos problemas indígenas brasileiros.

11- Disposição para participar das atividades empreendidas pelos indígenas.

Brasília, 06 de agosto de 1974.”

Apenas estava se almejando alguém que na prática não existe, aliás o grande problema não está em almejar, mas em fazer do curso de técnico de indigenismo uma tentativa de transformar os alunos, que foram procura-lo pelos mais variados motivos, em verdadeiros heróis. Pessoas capazes de suportar a distância de suas famílias e ainda manter o equilíbrio emocional, pessoas que passariam meses sem ter uma companhia afetiva e

ainda ter equilíbrio sexual, pessoas que fossem firmes e calmos, tivessem iniciativa mas respeitassem os padrões culturais diferentes dos seus e além disso tudo, ainda tivessem entendimento dos problemas indígenas e participassem das atividades de caça, pesca, plantio, colheita. Realmente é preciso parar para pegar fôlego, mas o fato é que o curso era voltado para dar a maior gama de informações possíveis em um tempo bastante restrito para pessoas que na maioria das vezes nunca tinham ouvido falar mais seriamente das questões indígenas e que ainda tinham que se portar como heróis.

Não é atoa que o curso aparece para muitos dos candidatos como um rito de iniciação, onde eles são colocados em contato com uma nova forma de viver, uma nova conduta social e principalmente uma nova conduta pessoal e profissional. Acrescente-se a isto um estágio de tempo curtíssimo em um posto muitas vezes abandonado, sem um acompanhamento efetivo da estrutura da FUNAI e a necessidade de provar para si e para os demais que seria capaz de agüentar com firmeza, autoconfiança, equilíbrio e iniciativa, estas e todas as demais dificuldades que viriam a surgir. O técnico de indigenismo teria enfim que atender a uma expectativa que não vinha tanto das comunidades indígenas mas sim da carga ideológica a que ele havia sido submetido ao longo do curso. Afinal o que fez efetivamente com que eles fossem para o trabalho de campo e lá, agüentando todo o tipo de adversidade permanecessem desenvolvendo as atividades para que foram designados? Sem dúvida a necessidade de fazer valer a capacidade de atender as expectativas criadas pela possibilidade de se mostrar tão capaz quanto a definição dos parâmetros ideais do que deveria ser seu papel colocados durante o curso. Esta ideologia de proteção, salvação e respeito às comunidades indígenas, juntamente com este novo comportamento pessoal/profissional faziam com que este, agora funcionário

da FUNAI, a princípio se achasse capaz de enfrentar efetivamente todos os problemas que fossem surgir ao longo de sua atividade.

Se para os organizadores do curso este era o perfil esperado e proposto para os técnicos de indigenismo, depois de formados e tendo alguns anos de experiência como funcionários da FUNAI a questão também não fica tão diferente.

A visão dos entrevistados do que seria um bom técnico de indigenismo a partir da formação recebida no curso passa a ser:

- alguém que tenha aptidão, sensibilidade e se identifique com a questão indígena;
- que seja honesto, não abrindo mão de defender os direitos indígenas;
- que tenha garra e coragem;
- respeite as comunidades indígenas;
- viva bem em isolamento;
- seja bom mediador;
- com bom nível de escolaridade;
- tenha uma visão ampla sobre saúde, mecânica, lingüística, enfim, que seja bem informado em coisas díspares.

A honestidade aparece interligada à questão da defesa dos direitos indígenas, isto coloca lado a lado duas questões que foram apresentadas de forma bastante enfática pelos entrevistados. A visão de que a desonestidade do TI iria afetar diretamente as comunidades nos faz retomar a questão a respeito da representação que o empregado da FUNAI tinha nas comunidades indígenas, era ele o responsável direto sobre este patrimônio, sendo passível, portanto de ser corrompido pela “sociedade envolvente” (usando o termo de um dos entrevistados), e conseqüentemente não estar fazendo valer a premissa máxima de defesa dos direitos indígenas. Como exemplo disto destacamos os seguintes depoimentos:

“... Não sei se é pretensão mas eu achava por exemplo a questão da honestidade, que eu me sinto uma pessoa com... honesta, e no sentido da vontade de trabalhar, eu acho que tenho um bom pique de trabalho, de certa forma eu acho que eu tenho um bom relacionamento com os índios, até hoje eu nunca tive maiores problemas, eu acho que eu tenho facilidade de entendê-los talvez, eu acho que eu tenho essas facilidade de entendimento até pelo meu jeito bastante franco com eles...” (entrevistado I)

“(...) ele ter aptidão para a coisa, se identificar com as questões dos índios, ser honesto, isso é fundamental e ter muita vontade de... garra e coragem também. A maioria dos colegas são tudo...não têm coragem, às vezes têm essas outras qualidades mas na hora não tem coragem de erguer uma palha, porque no mato você tem condições de fazer muita coisa sem ocupar a FUNAI (...)” (entrevistado H)

Neste depoimento destacamos uma outra questão que foi também abordada: a coragem. Mas que coragem? A coragem de defender, de realmente fazer valer o que tinha sido proposto a ele, que fosse efetivamente um herói, aquele que incondicionalmente estivesse pronto para atender as necessidades colocadas pelo dia-a-dia em um posto indígena. Uns mais tímidos outros de forma mais explícita em algum momento da entrevista deixa vir a tona o lado romântico de ser indigenista, o envolvimento direto com esta luta que, em um momento de ditadura no país assumia um caráter todo especial, a vivência no “mato” e a coragem necessária de fazer valer não os direitos indígenas como também a de tornar sua vivência algo especial, demarcar de alguma forma a diferença entre estar vivendo e viver intensamente:

“(...) o principal era a disponibilidade grande para tudo e uma abertura para a pluralidade, pras diferenças, acho que, quer dizer no meu caso específico, como (...), não sei uma certa dose de coragem, talvez seja pretensioso, mas...” (entrevistado D)

Tornar-se técnico de indigenismo, ser chefe de posto envolvia opções de vida que nem todos nós estaríamos aptos a fazer, que por eles era encarado como uma missão, se por um lado a opção foi pessoal, principalmente de início com a inscrição no concurso, ela tinha agora se tornado social, tinha ganho uma proporção que dava uma conotação especial, diferenciada a esta profissão. O HERÓI ISOLADO estava imbuído de toda esta carga, este tom de vida ou morte, literalmente, que era reafirmado a cada momento de aguçamento deste conflito. Não vamos aqui entrar no mérito da idéia e de todas as implicações deste tipo de enfoque. Apenas queremos deixar explícito o limiar do que previamente podemos chamar de ideologia deste corpo de funcionários, questão esta que iremos abordar na conclusão deste trabalho.

A questão da consciência política aparece de forma tão delimitada e enfática que nos faz pensar em quão inserida ela estava no modo de ver o que seria correto estar defendendo. Isto é claro não significa que haja uma unidade em torno das mais adequadas soluções para os diversos problemas enfrentados em uma comunidade, mas é um forte indicador da uniformidade do que deveria ser a essência da atuação. Defender os direitos indígenas, estar à frente do que supostamente seria de interesse daquela comunidade deveria estar acima dos interesses particulares dos servidores e dos interesses governamentais ali por ele, em última instância, representados. A confusão entre ser representante das comunidades indígenas versus ser representante da FUNAI mais uma vez se torna gritante. Afinal quem efetivamente delega o direito de representação

ao chefe de posto é a FUNAI, a comunidade apenas acata ou não esta decisão, e em determinados casos acaba por se ver “envolvida” neste emaranhado que vem ao longo dos anos tentando fazer com que a convivência entre a sociedade brasileira e povos indígenas seja mais “civilizada”. Para exemplificar este pensamento em torno da consciência necessária destacamos os seguintes depoimentos:

“(...) é preciso gostar de índio, porque se você foi trabalhar com índio e não gostar você não fica, você não agüenta, é difícil defender minoria num país de regime capitalista, você vai sofrer o diabo para defender índio(...)” (entrevistado H)

”olha eu tenho uma filosofia minha própria que às vezes eu falo pros meus filhos, você só faz as coisas bem quando você faz aquilo que você gosta, quando você faz com o coração, principalmente as coisas que exigem às vezes de você um pouco mais de solidão, um pouco mais de esforço pessoal, físico ou intelectual, que exija um quê de luta, defender índio é defender direitos humanos. O indigenismo para mim sempre foi uma forma de você desgastar a sua vida, é uma forma de luta em defesa de um povo, não é simplesmente uma maneira de você ter um emprego e sobreviver. Quem no indigenismo, e você encontra gente assim, faz e procede dessa forma não seria um bom técnico, ele poderá até ser um bom teórico, mas é preciso você ter muita paciência para você lidar com etnias diferentes, com valores diferentes, você precisa ter paciência, gostar, ter um certo quê para estar sempre disposto a perdoar mesmo as agressões, as bobagens, tudo que eles fazem por não entenderem, por não compreenderem, o porque giram assim, e é muito difícil isso, então o indigenismo não é um forma... é um missão, sabe? É uma missão, é muito assim de missão, você... sem confundir essa missão com o lado religioso, da busca de qualquer coisa de céu, de inferno, dessas coisas.” (entrevistado E)

“primeiro ter consciência da questão indígena, ter consciência do respeito que as sociedades indígenas merecem, porque não adianta isso em qualquer área de atuação, uma função pensando só no dinheiro, o dinheiro ele ajuda a resolver os problemas, ele não é a solução de todos os problemas, e você trabalhar naquilo que você ... não .trabalhar só por causa da sua auto-sustentação (...) (entrevistado L)

Aliada a esta consciência da questão indígena juntava-se um outro fator também bastante relevante: a dedicação quase que missionária de defender os povos indígenas. Aliás os cursos também têm essa conotação, na intenção de formar funcionários acabam por formar trabalhadores engajados:

“Primeiro ter consciência da questão indígena, ter consciência do respeito que as sociedades indígenas merecem, porque não adianta isso (...) você ir exercer uma atividade, uma função, pensando só no dinheiro (...)” (entrevistado L)

“Descontraído, não muito preocupado com certas coisas materiais e vontade de aprender e conhecer novas culturas” (entrevistado A)

“A gente sempre tem uma coisa meio romântica, meio aventureira, ir para lugares mais afastados possíveis, que era essa perspectiva e como foi, como eu fui realmente e tinha toda essa... um pouco de aventura, um pouco também de conhecer novas culturas, uma cultura mais... tinha um pouco de ansiedade nisso também, de conhecer coisas diferentes deste sistema aqui, de um sistema que eu não conseguia penetrar, não conseguia me incluir, não conseguia nada. Então mais ou menos teve

essas três coisas: um pouco de aventura, um pouco de romantismo, que tá ligado também, e uma vontade de conhecer novas coisas diferentes desse sistema, dessa coisa onde a gente vive.” (entrevistado B)

Aqui neste ponto percebemos claramente a questão da abnegação, da necessidade de abrir mão, de colocar de lado valores sociais para os quais ele havia sido educado: o dinheiro, o conforto material, e até mesmo afetivo. Estava-se abrindo mão não só destas coisas como do convívio com a sua própria sociedade. Na comunidade ele era um estrangeiro dentro do seu próprio país, ele era uma das pessoas que viviam entre duas culturas uma sua, que ele teoricamente tinha aberto mão e outra da comunidade a qual ele abraçava sem no entanto a ela pertencer.

Essa situação de transitoriedade que faz com que o servidor esteja circulando em dois meios tão distintos, arbitrando em um deles e sendo ordenado no outro, faz com que a noção, nem sempre clara, de mediador apareça com uma certa relevância. Esta noção aparece de forma confusa já que a questão da representação assume uma preponderância. Esta confusão se faz presente por alguns motivos: primeiro o curso parece não trabalhar de forma clara a questão da função do chefe de posto, o aluno é preparado para ser técnico de indigenismo, ou seja, para assumir qualquer função que esteja relacionada às comunidades indígenas direta ou indiretamente desde que esta função não requeresse uma outra qualificação que o aluno já não tivesse. Então depois de estar dentro da FUNAI o técnico de indigenismo poderia assumir uma administração regional, ser um assessor de um departamento, ocupar eventualmente uma das diretorias da instituição e até mesmo ser presidente da mesma. Como, no entanto, a princípio, na maioria das vezes, este aluno iria ocupar uma chefia de posto, a defasagem entre a parte teórica do curso e a prática se fazia sentir no que deveria ser seu cerne: a noção clara do que deveria ser sua função.

Um segundo aspecto desta questão diz respeito à ideologia do grande salvador, aquele que como Herói isolado iria poder responder aos anseios daquele povo, fazendo da sua atuação uma luta constante em prol da minoria indígena. Este “herói” sabia que estaria solitário por não poder contar de forma efetiva com o apoio diário em termos de infra-estrutura para que pudesse realizar seu trabalho. Esta ideologia se fazia tão presente que é ela que funciona como impulsionadora maior deste movimento de defesa dos direitos indígenas. É neste sentido que a figura do mediador entre duas sociedades conflitantes cede lugar a do defensor incansável, a do herói que, tendo sido formado e autorizado a atuar, faz da “sobrevivência” de um povo a sua luta diária. Esta luta por vezes iria se voltar contra a própria FUNAI o que acarretou em certos casos de demissões e advertências. O representante da FUNAI era aquele que “em nome das comunidades indígenas” muitas vezes se voltava contra o que ele próprio tinha sido encarregado de fazer, ou seja, representa-la.

Estas seriam as virtudes necessárias a um bom técnico de indigenismo para que fosse possível seu desempenho satisfatório com relação às comunidades indígenas, é claro não faz parte desta construção a opinião daqueles que, sendo os supostos beneficiados deste “serviço” prestado pela FUNAI, teriam que conviver diariamente com o chefe de posto. Isto não se dá apenas em relação a esta questão mas faz parte de uma filosofia maior que trata as comunidades indígenas como se elas não tivessem opinião a respeito de questões que estavam intimamente ligadas ao seu dia-a-dia já que o chefe de posto estaria presente em seu território influenciando decisivamente nas questões supostamente referentes aos seus anseios.

Neste sentido esta construção parte de uma ação unilateral que desconsidera alguns dos princípios básicos colocados como pontos de partida para a formação de um perfil ideal para o técnico de indigenismo.

Primeiramente desconsidera o que é seu primeiro ítem, ou seja, a liderança democrática, assim como, a capacidade de aceitar, conviver e valorizar padrões culturais diferentes dos seus. Para a FUNAI era fácil estabelecer padrões de comportamento sem considerar se estes iriam ser colocados em prática, já que ela mesma não o fazia. É a partir daí que percebemos como determinadas questões colocadas como relevantes foram colocadas de lado em nome de outras mais valorosas para o desenvolvimento nacional. Como propor que os técnicos de indigenismo tivessem uma postura que a própria entidade tutora dos povos indígenas na sua prática não valorizava? Eis aí uma questão, que apesar de não ser central perpassa toda a construção da nossa monografia: afinal este conceito de chefe de posto tido por tantos anos como sendo o oficial da instituição era o mais adequado?

Se este foi o perfil considerado o mais adequado para se ser um bom chefe de posto quais seriam as dificuldades encontradas para se desempenhar este papel? Neste ponto especificamente percebemos que a instituição era percebida como um dos maiores entraves para o desenvolvimento pleno das proposições colocadas como ideais pelo curso e pelos próprios indigenistas.

Num primeiro momento, por mais contraditório que pareça, vamos começar falando da “falta de dificuldade”. Isto não se dá arbitrariamente: dos 12 entrevistados 5 deles não consideraram que fossem “ter dificuldade” neste tipo de trabalho. Aqui selecionamos trechos de alguns depoimentos:

“olha na verdade com 21 anos você acha que não vai ter dificuldade nenhuma, quem tem, assim, um espírito aventureiro de ir, mesmo, e que tenha coragem como nós tínhamos de ir, com 21 anos, 22 anos para uma região remota, uma região totalmente isolada, aonde para você chegar demorava mais de um mês para chegar no local, realmente

você não vai pensando em nada que vai te impedir não, eu não tinha medos” (entrevistado B)

“(...) acho que eu não me preocupei muito com dificuldades, as dificuldades eram essas, quer dizer eram os problemas políticos de você trabalhar na FUNAI na Amazônia, como técnico de indigenismo, em comunidades em conflito, acho que isso era uma coisa clara (...)” (entrevistado D)

“ Na verdade não achei que teria dificuldades não, as naturais, as decorrentes do isolamento em área indígena, que são realmente importantes, afetam o equilíbrio psicológico ... é o isolamento, distância, falta de conviver com pessoas de mesma tradições culturais , é isso” (entrevistado A)

Nestes dois últimos depoimentos encontramos um fator interessante, aqui se os entrevistados colocam num primeiro momento a falta de dificuldade, fica latente também uma outra característica: a inseqüência, para estes homens que a princípio não tinham compromisso com nada, nenhum vínculo, nada que os prendesse em termos afetivos, profissionais ou sociais. Isto gerava uma disposição em enfrentar quaisquer problemas, eles não tinham nada a perder, estariam vivenciando uma experiência incrível, conhecendo mais o Brasil, colocando para fora o seu espírito de aventura e, em caso de dar sorte, ainda estariam, encontrando uma profissão. É claro este é o caso dos nossos entrevistados, pessoas que podem até ter procurado o concurso pelas mais variadas motivações, de forma até displicente, mas que ao entrar em contato com este novo universo se traem, traem o que talvez tivessem de mais valioso, a liberdade de não estar vinculado a nada, de estar vivenciando as mais variadas experiências.

Por outro lado, quando se vinculam a esta luta, ganham algo que talvez sem saber estivessem procurando: algo que desse um rumo nesta vontade de aventurar-se de colocar-se à disposição de algo maior. Ali de certa forma estava vencido o descompromisso. Por outro lado aguçava-se a solidão, esta luta seria travada na maior parte do tempo de forma individual, porque apesar de ser partilhada pelos índios, ela não era acompanhada pelos que partilhavam dos mesmos padrões culturais que ele. Até mesmo a FUNAI, que afinal era o órgão responsável pela defesa dos povos indígenas por muitas vezes se tornava o maior inimigo. O Herói isolado apesar de tudo continuava abnegado.

“olha, a dificuldade, ela está muito relacionada com a dificuldade que é proporcionada pelo próprio órgão, o órgão ele... na medida em que o índio está mais aculturado é lógico que ele tem mais expectativas e as expectativas são outras, então às vezes era frustrante porque você não tinha o retorno do órgão e isso gera dificuldades (...).”
(entrevistado J)

Uma outra questão que também foi levantada diz respeito às diferenças culturais, aliada ao isolamento por vezes imprescindível a esse tipo de trabalho:

“Os meus horários, você desde criança, você tem horário, você tem horário de comer. Você tem horários de vida biológicos, digamos assim, de formação que você não tira de uma hora para outra. Você tem questão de horário, tem certas ansiedades, tem certas perguntas com o mundo que as vezes te atrapalha um pouco, assim a questão mística, principalmente sua questão social, bom os índios...é muito diferente, então você tem que cortar isso tudo. Acho que isso atrapalha muito. Você

deveria... por isso eu acho que nunca vai haver um curso de indigenista perfeito. É difícil você tentar cortar esses cordões umbilicais com a sociedade, passar a viver com os índios. E ao mesmo tempo você é obrigado a saber de ambas as sociedades, tanto da sociedade indígena quanto a nacional (não sei como diz) a sociedade... você tem que saber das duas e tem que trabalhar as duas e tem que saber trabalhar bem as duas, tem que ser bem diplomata e tem que conhecer bastante. É um curso que, só pelo trabalho em questão, você tem que ter uma visão bem ampla porque o trabalho te exige tanto... é quase como um mini Estado, tem que ter noção de saúde, educação, planejamento, contabilidade, mecânica, astrologia, climatologia, agricultura; você tem que ter uma noção geral e bem boa de todas essas coisas, porque você usa... um indigenista em campo, ele precisa ele precisa saber... porque os índios têm conhecimento bastante profundo das coisas primordiais do mundo e nós não temos (...) (entrevistado M)

Se estas dificuldades já existiam para os homens que dirá para as mulheres. Este foi o caso da nossa entrevistada, que tendo sido aprovada no curso foi atuar como chefe de posto da FUNAI:

“(...) era uma pressão... a de como uma mulher vai ser chefe de posto, como que mulher vai poder cuidar de caminhão, como que mulher vai ver problema de ponte, de estrada, vai carregar as coisas, como se um chefe de posto fosse um carregador, um mecânico. (...) tinha essa coisa no ar, e depois quando você começa a conviver mais direto com o posto, com a administração é que você vê que existe de fato muito arraigado isso na cabeça das pessoas, era um ambiente muito machista, muito machista o ambiente da FUNAI, de posto e de administração regional, em que a mulher tinha um papel ... no máximo você podia ser programadora educacional, professora, secretária e tal, assistente social, mas entrar na área do indigenismo mesmo, era meio área exclusiva masculina, e os

argumentos assim, como se o indigenista tivesse que cobrir essas funções, evidente que você no mato tem que se virar, no mato tudo é loucura.”
(entrevistado F)

Neste depoimento vemos reforçada a questão da polivalência exigida de um indigenista, o universo masculino que envolvia a questão, as habilidades exigidas que transcendiam a perspectiva de um trabalho de assessoria com relação a questões estruturais para a comunidade. A suposta fragilidade feminina não era bem recebida em se tratando de uma posição que exigia tantos atributos quanto os que mencionamos acima, afinal de onde esta mulher tiraria “forças” para se constituir no herói que exigia a realidade do trabalho e o imaginário em torno do ideal indigenista. Encontramos aí um outro fator que em nenhum outro depoimento foi mencionado de forma clara: a noção de o chefe de posto não tem que corresponder a todas as expectativas criadas em torno dele. Que mesmo que se esperasse dele solução para todo tipo de problema ele nem sempre seria capaz de corresponder a todas as exigências da instituição e nem das comunidades indígenas. Afinal por mais que a formação oferecida pretendesse isso o indigenista dificilmente seria tão completo quanto a imagem que se fazia dele.

Escolhemos este depoimento como o último deste capítulo porque ele nos retrata de forma exemplar como as dificuldades são percebidas:

“Não sei, eu não achava ... eu não vivia assim, analisando, pensando que dificuldades eu tenho ou deixo de ter. E u rapaz novo, a dificuldade era o que? As vezes ficar no mato muito tempo, era ter saudade de uma mulher, estar com uma mulher, a questão sexual, mas você supera isso, aprende a superar Era o quê? Era esse terror, as vezes ter uma certa

insegurança dentro da selva para fazer uma expedição, para fazer uma andança ... O fato de se cuidar para a malária não te comer, aprender a tratar de malária, eu tive muitas malárias, eu cuidava de mim, eu mesmo me aplicava as injeções, eu mesmo tomava as coisas. Enfim, era essas as pequenas coisas, mas nada insuperável. Não é nada insuperável. Eu às vezes conversando com as pessoas e amigos: “mas que incrível, como é que você consegue fazer isso?” É uma bobagem, isso é uma tolice, quando você faz o que gosta, não é? Você está bem. Talvez não haja prazer nas profissões dessas grandes cidades, dessas metrópoles, dessas coisas, que prazer tem um motorista de taxi, motorista de caminhão, que prazer tem um funcionário que todo dia entra senta na mesma cadeira e faz as mesmas coisas, ou que carimba aquelas coisas o tempo inteiro, faz aquela rotina, que não participa? Esse é mais difícil, esse é duro de ver passar os anos da nossa vida, aqui fazendo essas coisas, mas quando você tem um mundo aberto para você, e você tem um comunidade extremamente interessante e bela, como é a comunidade indígena e que você que é um povo ... e você quer aprender com eles, quer ver. Não aprender conceitos antropológicos, isso não me interessava, era como eles viviam, o que faziam, o porque que estava por detrás daquilo aí já era pesquisa, não gosto de pesquisar, eu gostava de viver de estar, de sentir, sem ficar questionando, mas por que é assim? Por que fazem assim (...)Era simplesmente ver, e um sentimento muito grande de bem, eu estando aqui eu quero ajudar esse pessoal, fazer o melhor possível.” (entrevistado E)

Nada seria mais grandioso do que a missão a ser desempenhada pelo indigenista. As necessidades cotidianas são percebidas como de menor importância, questões fáceis de serem superadas se comparadas à necessidade prática de se salvar vidas.

A representação que os técnicos de indigenismo fazem de si está intimamente relacionada com estes fatores abordados, à formação

oferecida pela FUNAI, à convivência com este universo imaginário em torno da questão indígena e à prática por eles desempenhada. De uma forma geral podemos colocar como parâmetro um pensamento uniforme que enfatiza, com o intuito de enaltecer o trabalho realizado, a questão da opção de vida, sendo aí incluída a defesa dos direitos indígenas e a subsequente coragem para colocar em prática tarefa tão exigente. Fica latente a complementaridade entre o que a FUNAI pretendia como funcionário padrão e os depoimentos dos técnicos de indigenismo entrevistados.

OBSERVAÇÕES FINAIS

Ao longo desta monografia procuramos analisar as questões propostas na introdução de modo a dar sustentação a interpretação proposta. Desta forma consideramos que no transcorrer do trabalho pudemos a cada passo construir a argumentação em torno do problema proposto, portanto nesta fase final iremos apenas fazer algumas considerações mais gerais.

Pudemos perceber que a formação oferecida atende apenas a um dos anseios da instituição, qual seja, o de formalizar um tipo de conhecimento. No entanto a pessoa formada pelo curso tem a sensação, a princípio, de ter todas as informações necessárias para realizar um trabalho satisfatório, mas confrontando essa formação com as exigências práticas do posto, passa a agir tendo por base principalmente o bom senso.

A FUNAI, na intenção de formar um agente que tenha uma ação planejada e coordenada, deixa a desejar, já que os próprios chefes de posto não se percebem como representantes da política geral da instituição, até porque muitas vezes não conseguem identificar e existência desta política.

Encontramos o que chamamos de *herói isolado*, aquele homem destemido, corajoso, que a partir da formação oferecida no curso se considera conhecedor e experiente. O curso aparece para ele como o momento no qual se adquire um novo status, uma qualificação especial que o faz capaz de tomar decisões e enfrentar desafios. Este *herói isolado* não se apresenta como agente de um aparelho de Estado.

Na falta de uma estrutura formal que oferecesse base de apoio para o funcionário ele se volta para aqueles que se despontaram como expoentes de determinadas posições na instituição, se ligando a uma rede informal com o objetivo de atingir metas e resolver problemas.

A partir da análise dos cursos procuramos demonstrar como se forma uma rede com características próprias daqueles que estariam vinculados a luta pela causa indígena, ao mesmo passo que se dá a articulação específica de determinados grupos que vão apresentar particularidades. Gostaríamos no entanto de salientar que trabalhamos não com as particularidades mas sim procurando traçar o que em comum estas pessoas tinham para que fossem atuar nesta instituição. Sugerimos ainda que estas diferenças não se fazem sentir nos discursos proferidos por estes indigenistas e que também não o devem ser com relação a prática. Comprovar isto no entanto dependeria de um esforço de pesquisa muito maior.

A conexão destes indigenistas, assim como a articulação interna e externa a FUNAI, vai se delinear no sentido de ocupar espaços para se fazer valer determinados pontos de vista.

A FUNAI, como instituição responsável por resolver os problemas indígenas brasileiros, aparece como o órgão que representa os interesses do governo e não o dos índios e por isso não oferece a estrutura mínima para a realização do trabalho de chefe de posto, que passa a ter que “se virar” para atender as necessidades do trabalho diário.

Apêndice 1

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Nome:

Endereço:

Telefone:

Data:

Local:

Horário:

- 1-Qual o ano do seu nascimento?
- 2-Onde você nasceu?
- 3-Onde cresceu?
- 4-Quantas pessoas têm na sua família (irmãos)?
- 5-Qual a profissão dos seus pais?
- 6-Onde nasceram?
- 7-Como foi sua infância?
- 8-Como tomou contato com a questão indígena?
- 9-Estudava na época? Onde? O que?
- 10-Como você entrou para a FUNAI?
- 11-Fez concurso? (caso não, pular para a pergunta 15)
- 12-Que idade você tinha quando fez o concurso?
- 14-Como soube do concurso?
- 15-Onde você morava nessa época?
- 16-O que você fazia nessa época?

- 17-Você tinha alguma atividade política?
- 18-Nessa época (do concurso ou entrada para a FUNAI), qual era a sua formação?
- 19-O que te motivou a entrar ou fazer o concurso para a FUNAI?
- 20-O que você sabia sobre indigenismo nesta época?
- 21-O que você achava que era ser um técnico de indigenismo? (caso não tenha feito o concurso pular para a 24)
- 22-O que você achou sobre os critérios de seleção para o concurso? (mostrar edital)
- 23-Depois de aprovado você teve dúvida em fazer o curso? Por quê?
- 24-O que você achava necessário para ser um bom técnico de indigenismo?
- 25-Que características suas você achava boas para a função?
- 26-Que dificuldade você achava que teria?
- 27-Como era sua turma no curso?
- 28-O que você achou da formação oferecida?
- 29-O que faltou?
- 30-O que foi bom?
- 31-(mostrar o programa do curso) Tudo o que estava planejado foi realizado?
- 32-O que você achou do nível dos professores?
- 33-Algum em especial te chamou a atenção?
- 34-O que você achou da forma de avaliação do curso? Como era feita?
- 35-Das leituras oferecidas no curso, você já tinha feito alguma?
- 36-Você teve algum período de estágio?
- 37-Como foi esta experiência?
- 38-Qual é a sua avaliação sobre o curso?
- 39-Em que posto você foi atuar?
- 40-Quando você chegou lá, como foi?
- 41-Qual era exatamente sua função?

- 42-Como era sua relação com as outras pessoas que trabalhavam no posto?
- 43-Como era o dia-a-dia no posto?
- 44-Como vocês se divertiam?
- 45-Era como você esperava?
- 46-Como era sua relação com os índios?
- 47-Quais eram as dificuldades desse trabalho?
- 48-Você sentiu deficiência na formação oferecida pelo curso?
- 49-Em que aspectos ela foi satisfatória?
- 50-Qual a diferença entre o que você idealizava e a realidade encontrada?
- 51-Qual o tipo de acompanhamento dado pela FUNAI?
- 52-Ela era satisfatória ou não?
- 53-O que você pensava da FUNAI?
- 54-O que você achava do seu trabalho?
- 55-Você gostava dele ou não?
- 56-Você achava que existiam divergências de interesses entre os trabalhadores do posto?
- 57-E em relação a FUNAI?
- 58-Você preferia estar em um tipo diferente de ocupação? Qual? Por quê?
- 59-Qual é sua avaliação sobre o trabalho realizado no posto?
- 60-Quanto você ganhava?
- 61-Você considerava um bom salário, ou não?
- 62-Por quanto tempo você atuou como técnico da FUNAI?
- 63-Se saiu, voltaria, como, para fazer o que?
- 64-Como você vê a FUNAI hoje? O que você faria para mudá-la?
- 65-Se tivesse que transmitir sua experiência a uma pessoa que estivesse entrando, como você o faria?
- 66-Quais foram as posições que você ocupou na estrutura administrativa da FUNAI?
- 67-Quanto tempo você tem ou teve de FUNAI?

68-Qual é a sua situação funcional hoje (dentro e/ou fora da FUNAI)?

69-Se fora, tem alguma relação com os problemas indígenas? Qual?

70-Ao longo do período em que esteve na FUNAI, sua visão sobre ela mudou?

Anexo 2

ENTREVISTADO A

DIA DA ENTREVISTA: 18/07/95

HORÁRIO DA ENTREVISTA: 14:30

TEMPO MÉDIO DE DURAÇÃO: 1:00

ANO DE NASCIMENTO: 1951

IDADE QUANDO FEZ O CURSO: 34 ANOS

LOCAL DE NASCIMENTO: RIO GRANDE DO SUL

FORMAÇÃO NA OCASIÃO DO CONCURSO: MESTRADO EM LINGÜÍSTICA

FREQÜENTOU O CURSO DE: 1985

PROFISSÃO ANTERIOR: PROFESSOR DE LINGÜÍSTICA

PRIMEIRA OCUPAÇÃO NA FUNAI: PESQUISADOR

NA ÉPOCA DA ENTREVISTA OCUPAVA O CARGO DE: CHEFE DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO (FUNAI)

ENTREVISTADO B

DATA DA ENTREVISTA: 21/07

HORÁRIO DA ENTREVISTA: 19:30

TEMPO MÉDIO DE DURAÇÃO: 2:00

ANO DE NASCIMENTO: 1952

IDADE QUANDO FEZ O CURSO: 21 ANOS

LOCAL DE NASCIMENTO: MINAS GERAIS

FORMAÇÃO NA OCASIÃO DO CONCURSO: 2º GRAU INCOMPLETO
(só viria a completá-lo depois de já ter passado no concurso)

FREQÜENTOU O CURSO DE: 1974

PROFISSÃO ANTERIOR: ESTUDANTE (na época do concurso estava trabalhando em uma empresa de construção)

PRIMEIRA OCUPAÇÃO NA FUNAI: CHEFE DE POSTO
NA ÉPOCA DA ENTREVISTA OCUPAVA O CARGO DE:
COORDENADOR DE PROJETOS (FUNAI)

ENTREVISTADO C

DIA DA ENTREVISTA: 19/07

HORÁRIO: 20:00

TEMPO MÉDIO DE DURAÇÃO: 2:30

ANO DE NASCIMENTO: 1948

IDADE QUANDO FEZ O CURSO: 24 ANOS

LOCAL DE NASCIMENTO: MINAS GERAIS

FORMAÇÃO NA OCASIÃO DO CONCURSO: NÍVEL SUPERIOR EM
ARQUITETURA

FREQÜENTOU O CURSO DE: 1972

PROFISSÃO ANTERIOR: ESTAGIÁRIO DE ARQUITETURA

PRIMEIRA OCUPAÇÃO NA FUNAI: CHEFE DE POSTO

ATUALMENTE É ANTROPÓLOGO APOSENTADO PELA FUNAI.
TRABALHA COMO CONSULTOR DE PROJETOS INDÍGENAS.

ENTREVISTADO D

DATA DA ENTREVISTA: 24/07/95

HORÁRIO DA ENTREVISTA: 11:00

TEMPO MÉDIO DE DURAÇÃO: 1:30

ANO DE NASCIMENTO: 1951

IDADE QUANDO FEZ O CURSO: 28 ANOS

LOCAL DE NASCIMENTO: MINAS GERAIS

FORMAÇÃO NA OCASIÃO DO CONCURSO: NÍVEL SUPERIOR EM ECONOMIA; CURSOU 2 ANOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS; CURSO INCOMPLETO DE MESTRADO EM ECONOMIA.

FREQÜENTOU O CURSO DE TÉCNICO DE INDIGENISMO DO ANO DE: 1979

PROFISSÃO ANTERIOR: PROFESSOR DE ECONOMIA

PRIMEIRA OCUPAÇÃO NA FUNAI: CHEFE DE POSTO

NA ÉPOCA DA ENTREVISTA TRABALHAVA NO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID)

ENTREVISTADO E

DIA DA ENTREVISTA: 18/07/95

HORÁRIO DA ENTREVISTA: 15:00

TEMPO MÉDIO DE DURAÇÃO: 3:00

ANO DE NASCIMENTO: 1940

IDADE QUANDO FEZ O CURSO: 31 ANOS

LOCAL DE NASCIMENTO: MINAS GERAIS

FORMAÇÃO NA OCASIÃO DO CONCURSO: 2º GRAU

FREQÜENTOU O CURSO DE: 1971

PROFISSÃO ANTERIOR: TRABALHAVA COM IRMÃOS OS VILLASBOAS SEM TER UMA FUNÇÃO ESPECÍFICA

PRIMEIRA OCUPAÇÃO NA FUNAI: CHEFE DE POSTO

NA ÉPOCA DA ENTREVISTA OCUPAVA O CARGO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ÍNDIO ISOLADOS (FUNAI)

ENTREVISTADO F

DIA DA ENTREVISTA: 19/07/95

HORÁRIO DA ENTREVISTA: 8:30

TEMPO MÉDIO DE DURAÇÃO: 2:00

ANO DE NASCIMENTO: 1957

IDADE QUANDO FEZ O CURSO: 28 ANOS

LOCAL DE NASCIMENTO: MINAS GERAIS

FORMAÇÃO NA OCASIÃO DO CONCURSO: NÍVEL SUPERIOR EM
COMUNICAÇÃO SOCIAL

FREQÜENTOU O CURSO DE: 1985

PROFISSÃO ANTERIOR: JORNALISTA

PRIMEIRA OCUPAÇÃO NA FUNAI: CARGO DE TÉCNICO DE
INDIGENISMO, COMO CHEFE DE POSTO

NA ÉPOCA DA ENTREVISTA TRABALHAVA COM: ASSESSORIA
DE PROJETOS

ENTREVISTADO G

DIA DA ENTREVISTA: 17/07/95

HORÁRIO DA ENTREVISTA: 8:30

TEMPO MÉDIO DE DURAÇÃO: 2:00

ANO DE NASCIMENTO: 1948

IDADE QUANDO FEZ O CURSO: 23 ANOS

LOCAL DE NASCIMENTO: AMAZONAS

FORMAÇÃO NA OCASIÃO DO CONCURSO: CURSO TÉCNICO EM
TELECOMUNICAÇÕES

FREQÜENTOU O CURSO DE: 1971

PROFISSÃO ANTERIOR: OPERADOR DE SUBESTAÇÃO DE
ENERGIA ELÉTRICA

PRIMEIRA OCUPAÇÃO NA FUNAI: CHEFE DE POSTO

NA ÉPOCA DA ENTREVISTA OCUPAVA O CARGO DE:
PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

ENTREVISTADO H

DATA DA ENTREVISTA: 19/07/95
HORÁRIO DA ENTREVISTA: 13:00
TEMPO MÉDIO DE DURAÇÃO: 1:30
ANO DE NASCIMENTO: 1948
IDADE QUANDO FEZ O CURSO: 23 ANOS
LOCAL DE NASCIMENTO: PARAÍBA
FORMAÇÃO NA OCASIÃO DO CONCURSO: 2º GRAU
FREQUENTOU O CURSO DE: 1971
PROFISSÃO ANTERIOR: SEGURANÇA
PRIMEIRA OCUPAÇÃO NA FUNAI: CHEFE DE POSTO
NA ÉPOCA DA ENTREVISTA OCUPAVA O CARGO DE:
SUBSTITUTO DO DIRETOR DE ASSISTÊNCIA (FUNAI)

ENTREVISTADO I

DIA DA ENTREVISTA: 20/07/95
HORÁRIO DA ENTREVISTA: 11:00
TEMPO MÉDIO DE DURAÇÃO: 2:00
ANO DE NASCIMENTO: 1949
IDADE QUANDO FEZ O CURSO: 29 ANOS
LOCAL DE NASCIMENTO: MINAS GERAIS
FORMAÇÃO NA OCASIÃO DO CONCURSO: CURSO TÉCNICO
AGRÍCOLA
ANO EM QUE ENTROU PARA A FUNAI: 1973
FREQUENTOU O CURSO DE: 1978
PROFISSÃO ANTERIOR: TÉCNICO AGRÍCOLA DA FUNAI (entrou
para a FUNAI em 1973 sem prestar concurso; em 1978 quando já estava
atuando como chefe de posto foi chamado para fazer o curso de técnico de
indigenismo)
PRIMEIRA OCUPAÇÃO NA FUNAI: TÉCNICO AGRÍCOLA

NA ÉPOCA DA ENTREVISTA OCUPAVA O CARGO DE:
COORDENADOR GERAL DA DEFESA DOS DIREITOS INDÍGENAS
(FUNAI)

ENTREVISTADO L

DIA DA ENTREVISTA: 20/07/95

HORÁRIO DA ENTREVISTA: 16:00

TEMPO MÉDIO DE DURAÇÃO: 2:00

ANO DE NASCIMENTO: 1946

IDADE QUANDO FEZ O CURSO: 27 ANOS

LOCAL DE NASCIMENTO: PARÁ

FORMAÇÃO NA OCASIÃO DO CONCURSO: CURSO TÉCNICO
AGRÍCOLA

FREQÜENTOU O CURSO DE: 1971

PROFISSÃO ANTERIOR: FOI ATENDENTE DE ENFERMAGEM NÃO
CONTRATADO DA FUNAI; POR OCASIÃO DO CONCURSO ESTAVA
DESEMPREGADO

PRIMEIRA OCUPAÇÃO NA FUNAI JÁ TENDO PRESTADO
CONCURSO: CHEFE DE POSTO

NA ÉPOCA DA ENTREVISTA OCUPAVA O CARGO DE
ADMINISTRADOR REGIONAL (FUNAI)

ENTREVISTADO M

DIA DA ENTREVISTA: 19/07/95

HORÁRIO DA ENTREVISTA: 15:00

TEMPO MÉDIO DE DURAÇÃO: 2:00

ANO DE NASCIMENTO: 1946

IDADE QUANDO FEZ O CURSO: 28 ANOS

LOCAL DE NASCIMENTO: MINAS GERAIS

FORMAÇÃO NA OCASIÃO DO CONCURSO: SUPERIOR
INCOMPLETO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

FREQÜENTOU O CURSO DE: 1974

PROFISSÃO ANTERIOR: PESQUISADOR

PRIMEIRA OCUPAÇÃO NA FUNAI: CHEFE DE POSTO

NA ÉPOCA DA ENTREVISTA TRABALHAVA NO MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE

DOCUMENTAÇÃO UTILIZADA

- Depoimentos de funcionários ou ex-funcionários da FUNAI, que frequentaram curso de técnico de indigenismo, realizadas em julho de 1995.
- Documentação oficial referente aos dez cursos de técnico de indigenismo promovidos pela FUNAI de 1970 a 1985.

BIBLIOGRAFIA

BECKER, Howard S.

1977-**Uma teoria da ação coletiva**. Rio de Janeiro. Zahar editores.

1994-**Métodos de pesquisa em ciências sociais**. SP, Ed.: Hucitec.

BÉDARIDA, François

1996-”Tempo presente e presença da história” in: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (org.) **Usos e abusos da História Oral**. RJ Ed. Fundação Getúlio Vargas.

BICKEL, Marcia Cristina Pinto.

1992- **A Fundação nacional do Índio: uma proposta de reelaboração da política indigenista brasileira sob a gestão de José de Queirós campos**. Monografia de graduação apresentada ao departamento de História Da UFRJ.

BOSI, Alfredo.

1993-**A dialética da colonização**. SP, Companhia das Letras.

BOTT, Elizabeth.

1976-**Família e rede social**. Rio de Janeiro, Ed. Francisco Alves.

BOURDIEU, Pierre

1989-“Introdução a uma sociologia reflexiva” in: **__ O Poder Simbólico**. Lisboa/Rio de Janeiro. Difel/Bertrand.

CAMARGO, Aspásia.

1984-**Os usos da história oral e da história de vida: trabalhando com elites políticas**”. *Dados*, 27 (1): 45-48.

DURKHEIM, Emile.

1977-**A divisão do trabalho social**. Lisboa, Ed. Presença. vol.1, pp 7-42.

FELDMAN-BIANCO, Bela (org.)

1987-**Antropologia das sociedades contemporâneas - métodos**. SP, Ed. Global.

GOFFMAN, Erving

1975-**A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis. Editora Vozes.

HALBWACHS, Maurice

1990-**A memória coletiva**. SP, Ed. Vertice.

LIMA, Antonio Carlos de Souza

1985-**Aos fetichistas, ordem e progresso: um estudo do campo indigenista no seu estado de formação**. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. Rio de Janeiro, PPGAS/Museu Nacional-UFRJ.

1987- **A antropologia dos relatórios de identificação de terras indígenas da FUNAI**. Trabalho apresentado ao curso de Métodos de Análise em Antropologia Social, Rio de Janeiro, PPGAS/Museu Nacional-UFRJ.

1990-**O santo e o soldado**. Comunicação número 21, Rio de Janeiro, PPGAS/Museu Nacional-UFRJ.

1995-**Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Petrópolis, Ed. Vozes.

MENEZES, Maria Lucia Pires

1990-**Parque Indígena do Xingu: a construção de um território estatal.** Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ.

OLIVEIRA F-, João Pacheco de

1983-**Terrras indígenas no Brasil: uma tentativa de abordagem sociológica.** RJ, Boletim do Museu Nacional 44.

POLLAK, Michel.

1989-**Memória, esquecimento, silêncio.** Estudos Históricos 2 (3): 3-15.

RIBEIRO, Darcy.

1977-**Os índios e a civilização.** 2- ed. Petrópolis, Ed. Vozes.

THOMPSON, Paul.

1992-**A voz do passado: História oral.** RJ, Ed. Paz e Terra.

VILLAS-BOAS, Orlando & Claudio.

1995-**A marcha para o oeste - a epopéia da expedição Roncador-Xingu.** RJ, Ed. Global.